

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, PANTALEÃO PESSOA e E. DE LIMA E SILVA

N.º 78

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1920

Anno VII

PARTE EDITORIAL

1920. A todos os nossos leitores e especialmente aos nossos collaboradores e camaradas do Exercito, apresentamos cumprimentos pelo exito que pessoal ou co'lectivamente tenham alcançado em 1919 e desejamos que o 1920 constitua uma feliz e promissora etapa p'ra diante.

O anno de 1919 não foi perdido para a defesa nacional. Diversos foram os actos das duas administrações que estiveram á frente das classes armadas, que significaram um bom avanço e que, executados integralmente, produzirão excellentes resultados.

Especialmente para o Exercito o anno de 1919 foi bom pelos *factos* e pelas *esperanças*.

Sobrelevando a todas as transformações observadas ou decretadas, devemos lembrar, pela sua significação futura e por constituir um valioso progresso na evolução do nosso nacionalismo, o interesse que no Congresso Nacional, na Imprensa, nos Institutos de Ensino, e no Espirito Popular, tem despertado as questões ligadas á defesa militar do paiz.

Esse interesse, por diversas formas manifestado, encarado por aspectos differentes, esmiuçado em ataques ou applausos, lembrado em providencias de acção favoravel ou reacção, constitue uma prova insophismavel de que vamos entrando na posse do Brazil e de que os novos passos dados para assegurar a sua integridade vão tendo no sentimento dos brasileiros, fundamentos mais solidos.

No sorteio militar não tem havido um progresso geral e facilmente constatable. Os manejos mais ou menos perniciosos para conseguir as omissões nos alistamentos continuam e é de prevér que continuem ainda por muito tempo. Esse problema está ligado á educação do povo e aos habitos das administrações municipais como aos seus sentimentos civicos.

Um paiz que ainda não conseguiu estatística

de população da sua capital não pode pretender um bom alistamento militar, principalmente quando esse serviço se inicia.

Mas o sorteio vae em progresso. O Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas, Paraná e outros Estados, fazem funcionar todas as suas juntas. O Rio Grande do Sul quasi conseguiu esse resultado no primeiro anno do sorteio. S. Paulo e Minas o têm conseguido numa persistencia admiravel, melhorando o alistamento de anno para anno, apresentando contingentes que, numa relatividade plausivel, justificam seguras esperanças.

Agora, quando a principal zona do Brazil, com relação ás suas fronteiras mais accessiveis, tem conseguido montar o *apparelho* do sorteio, quando vamos substituir o regulamento deste e já o podemos estudar, levando em conta a observação e a experiencia dos tres primeiros annos da sua execução, **cabe ao proprio sorteio**, pelas provas **provas** da sua influencia benefica na educação physica e civica do povo, na diffusão da hygiene, no combate ao analfabetismo, no ensino do amor da Patria, na formação de sentimentos que se inspirem orgulhosamente no nosso passado e na fé em nosso futuro, radicar e instigar esse processo que, alliado ao de diffusão do ensino primario, constitue o unico meio de preparar um povo viril, tornando-o capaz de dirigir-se e defender-se com a tenacidade hoje necessaria.

E a joven officialidade e quasi todos os chefes do Exercito já reconhecem isso e já trabalham nesse sentido de assim prestar grandes serviços na paz, e, — nos Estados — já vão sendo reconhecidos os effeitos, apesar das difficuldades materiaes que ainda não permittiram um completo successo.

Entre outros acontecimentos militares precisamos destacar — a transformação iniciada na Escola Militar; a promessa de que teremos o Estado Maior do Exercito em pleno exercicio das suas funcções, assegurando a continuidade já tão necessaria na orientação dos grandes pro-

blemas militares; a decretação de uma lei para quadros do Exército, distribuindo as funções, lei que até parece impossível que já não existisse e que ainda não está bem compreendida; a aplicação de dois trabalhos que estão prestando relevantes serviços — as Directivas para os Exames de Instrução e o Guia para os Exercícios do Jogo da Guerra; o funcionamento da Escola de Aviação Militar com a preparação de uma turma de pilotos aviadores e a maneira por que foram realizados os ultimos periodos de instrução — as manobras annuaes — em todas as regiões, sendo que em algumas o grande merito consistiu na saliencia dada a erros e faltas.

Cada um desses passos teve as suas difficuldades, o que vale dizer, que produziu ensinamentos para os que desejavam tel-os com sinceridade.

Desses ensinamentos tirar o natural proveito com uma superioridade de vistas, digna de verdadeiros homens — é o primeiro problema que o 1920 apresenta — desafiando a energia e a capacidade de todos os que têm ou podem ter uma parcella de autoridade.

Quem conhece a reacção sempre provocada pelos principios, seja qual fôr a sua evidencia, quem sabe mesmo o quanto é difficil sobrepôr aos desejos e aos interesses pessoas a realisação de actos superiores e que só attingem a collectividade, quem já observou os vicios do nosso meio que com certeza é como todos os meios sacudidos pelos impulsos de uma phase excepcional, poderá esquecer os erros de 1919 e fixar-se nas esperanças bem justificaveis para 1920.

Assim comprehendendo «A Defeza Nacional», saudá todos os Chefes do Exército que contribuíram directa ou indirectamente com uma parcella de abnegação e coragem para que dêssemos um passo á frente e como é de justiça estende os seus votos de felicidade a todos os irmãos de fé, civis ou militares, desejando que possam sacudir toda essa vulgaridade blazonante que se escuda num septicismo pernicioso e não tem ideaes definidos, e que, em 1920 cada um possa destacar a sua personalidade, num acto de bondade, energia e desprendimento para com o nosso amado Brazil.

O não recebimento da revista é geralmente culpa do assignante, porque ella não se faz sião para ser distribuida.

Não demorar a communicação de mudança de destino, nem retardar reclamação.

Resumo da organização administrativa e técnica do Ministerio da Guerra Francez

Ministerio da Guerra — Estado Maior do Exército — Sub-Secretariados — Directorias de Armas e Serviços

O *Ministro da Guerra*, em França, é o chefe do Exército; é responsavel perante o Parlamento. Exerce a sua acção por intermedio do seu duplo gabinete — civil e militar —, do Estado Maior, dos Sub-secretarios de Estado e das Directorias de Armas e Serviços.

O *gabinete civil* do Ministro da Guerra tem, actualmente, extraordinario desenvolvimento por accumular M. Clemenceau com essa pasta a Presidencia do Conselho e ser, portanto, o chefe effectivo e responsavel do Governo da Republica.

O *gabinete militar* — dirigido por um dos mais reputados visionarios, o general H. Mordacq — comprehende, além do Estado Maior particular e secretariado, quatro bureaux:

- 1º) o do protocollo e expediente, que prepara os papeis destinados á assignatura, abre a correspondencia, recebe e transmite telegrammas, dirige o serviço de audiencia, etc.;
- 2º) especialmente reservado ao estudo das condecorações, secção que, como não se ignora, tem elevada importancia na guerra;
- 3º) do pessoal, officiaes generaes, licenças, reformas, distribuição entre as directorias das Armas dos quadros de accesso, etc.;
- 4º) estuda as questões relativas a obras militares, sob o aspecto social, gremios de officiaes, bibliothecas para soldados, conferencias, coordena os assumptos que dizem respeito ás mutualidades e cooperativas, pedidos de empregos, etc.

O *Ministro da Guerra* dispõe, como elemento consultivo, do Conselho Superior de Guerra, cuja constituição e attribuições discrimino adiante, ao tratar do Estado Maior do Exército.

As elevadas questões que interessam a defesa do territorio deviam ser discutidas out'ora no Conselho Superior da Defeza Nacional, de cuja organização passo a dar um esboço.

Creado em 1906 e modificado em 1913, por decreto de 14 de Junho, este Conselho tinha por missão examinar todas as questões relativas á defesa nacional, exigindo a cooperação dos diversos ministerios.

Apezar de prescrever-se a sua convocação semestral, observou-se que nos cinco primeiros annos, de 1906 a 1911, a sua função foi meramente decorativa, pois apenas reuniu-se uma vez.

As criticas de Mordacq (*Politique et Strategie dans une Démocratie*, pg. 158) sobre a constituição deste conselho, notando a falta do Ministro do Interior, parecem haver sido levadas em conta na reforma de 1913, pois a composição ficou sendo a seguinte:

Presidente do Conselho, Ministros do Exterior, do Interior, da Fazenda, da Guerra, da Marinha e das Colonias.

Uma commissão composta dos directores: 1) dos negocios politicos do Exterior; 2) da Segurança Nacional; 3) da Contabilidade publica; 4) do Chefe de Estado Maior do Exército;

5) do Vice-Almirante Inspector das esquadras; 6) do Chefe do E. Maior da Armada; 7) do presidente do comité consultivo das Colonias; 8) do general sub-chefe do E. Maior do Exercito; era destinada a estudar e preparar todas as questões a submeter ás deliberações do Conselho.

Relator do Conselho devia ser o general 1º sub-chefe do Estado Maior; secretario, o chefe de secções de operações do Estado Maior (3º bureau), secundado por 3 officiaes superiores, designados respectivamente pelos Ministros da Guerra, da Marinha e das Colonias.

Mordacq (obra citada) salientou a importancia e necessidade deste Conselho; Langlois em 1911 pedia que lhe fosse adjuncto um Estado Maior de Defesa Nacional.

Mas, assim como até 1911 não se havia cuidado em fazer o funcionar utilmente, durante a guerra este Conselho foi aos poucos sendo substituído por um resumido Comité de Guerra que reunia os Ministros das pastas militares, da Fazenda, do Exterior e do Interior, sob a presidencia do Chefe de Estado.

Em 1874, por decreto de 12 de Março, foi creado o Estado Maior geral do Ministro da Guerra que em 1890 passou a denominar-se Estado Maior do Exercito; um general de Divisão devia ser collocado á frente deste serviço, tomando o titulo de Chefe do E. Maior do Exercito.

As attribuições do E. M. especializam-se na incumbencia da preparação das operações de guerra e no estudo das questões relativas á defesa do territorio. Occupa-se, portanto, da mobilisação e concentração do exercito; do emprego dos meios de transporte; da organização dos serviços de recatguarda; da instrução geral do exercito; das grandes manobras; do estudo dos exercitos estrangeiros e dos differentes theatros de operações, missões militares e preparo e coordenação dos trabalhos do Conselho Superior da Guerra, creado ou antes organizado em 1912.

Em 1895 os poderes do Chefe do E. M. foram alargados; e por decreto de 15 de Novembro, não só as Directorias das Armas, como as dos Serviços administrativos e de Saúde foram collocadas sob a sua dependencia, para tudo o que se relacionava com a organização e instrução das tropas, a mobilisação, o armamento, a defesa territorial e a constituição dos aprovisionamentos de guerra.

A phase decorrida entre 1873 e 1893 foi de intensa actividade e de reconstituição das forças militares; o grupo de officiaes que formava o E. M. conseguiu reorganizar todos os ramos da technica militar. Citam-se dentre os Ministros que maior impulso deram a taes trabalhos, M. de Freycinet, e como Chefe de E. M. modelar o general de Miribel.

A seguir, porém, começou a instabilidade ministerial, a ingerencia crescente dos politicos no exercito, as theorias pacifistas tendendo a desagregal-o.

Os Chefes de E. M. acompanharam a falta de continuidade administrativa; em opposição ao que se dava no Grande Estado Maior Alemão, que de 1821 a 1914 teve apenas seis chefes,

a França contou em 10 annos dez titulares á frente do seu Estado Maior General. Successivamente, generaes designados para o commando supremo, demittiram-se: citam-se os nomes de Jamont, Hagron, Michel.

Em 1911 (28 de Julho), organisou-se o alto commando. Teve-se em vista designar, em tempo de paz, o general a quem incumbiria chefiar o grupo principal dos exercitos mobilizados.

Afim de facilitar-lhe os meios de preparar a guerra, confiou-se-lhe a direcção do Estado Maior do Exercito com o titulo de Chefe de E. M. General; mas, curiosa redundancia, manteve-se o cargo de Chefe do Estado Maior do Exercito, cujo titular devia secundar aquelle em todas as questões relativas á guerra.

Excluia-se da alçada do Chefe de E. M. G. todas as questões de pessoal e de expediente; estas deviam ser tratadas directamente com o Ministro da Guerra pelo Chefe de E. M. do Exercito.

Uma serie de considerações muito acertadas levaram após seis mezes de experiencia (20 de Janeiro de 1912) á suppressão do emprego de Chefe de E. M. do Exercito.

Tornou-se o Chefe de E. M. G. — futuro commandante do grupo principal dos exercitos — responsavel do preparo do Exercito e enfeixou-se em suas attribuições todos os assumptos relativos a este preparo. Deu-se-lhe toda a acção sobre o Estado Maior e afim de o libertar de certas preoccupações de expediente, os dois Sub-Chefes de E. M. poderiam apresentar directamente ao Ministro as questões que dependiam de sua decisão.

O primeiro desses sub-chefes destinava-se a ser, em caso de guerra, o major general do grupo principal dos exercitos. O segundo devia, permanecendo junto ao Ministro, assegurar a continuidade dos serviços administrativos.

Foi nesta occasião creado o *Conselho Superior da Guerra*, composto do Ministro, como presidente, do general Chefe de E. Maior, vice-presidente e dez generaes de divisão; os dois sub-chefes de E. M. compareciam, como consultores.

Os generaes membros do Conselho deviam ser escolhidos entre os divisionarios que tivessem commando durante um anno de um Corpo de Exercito ou entre os que tivessem exercido o cargo de sub-chefe do E. M.

O Conselho Superior da Guerra devia ser consultado, de um modo geral, sobre todas as medidas que podessem affectar a constituição do Exercito e o preparo da guerra. Mais especialmente devia se pronunciar: sobre a organização geral do Exercito, seus methodos de instrução, disposições da mobilisação, plano de concentração, adopção dos novos engenhos bellicos, novas vias estrategicas, creação ou suppressão das praças fortes e a defesa das costas.

Os generaes membros do C. S. G. dependiam directamente do Ministro e eram encarregados em tempo de paz, da inspecção dos Corpos de Exercito, da direcção das grandes manobras, além de qualquer outra missão ou inquerito que lhes podia ser repentinamente confiado.

Os generaes designados para commandar exercito eram em numero de cinco. Sabe-se que foram inicialmente, mobilizados cinco exercitos

em 1914 (1º, Dubail; 2º, Castelnau; 3º, Rufey; 4º, Langle de Cary; 5º, Lanrezac).

Estes generaes recebiam a sua patente de nomeação por um anno: tres officiaes, um dos quaes, o futuro chefe de E. M. do respectivo exercito, podia ser general de brigada ou coronel, eram nomeados para coadjuvar aquelle general nos trabalhos das inspecções.

O Chefe de Estado Maior General era escolhido entre os membros do Conselho Superior da Guerra; os seus dois Sub-Chefes, entre os generaes de Divisão.

O Estado Maior subdividia-se em dois grupos, dirigidos por esses Sub-Chefes. O primeiro incumbido especialmente das questões ligadas ao preparo da guerra; o seu director seria, como foi dito, o major general do grupo principal dos exercitos em campanha. Ao segundo grupo eram attribuidas as questões de expediente, interessando o exercito em tempo de paz, em tempo de guerra, as de pessoal e material da zona do interior; o chefe deste grupo devia permanecer, em caso de mobilisação, junto ao Ministro da Guerra.

Ao Chefe de Estado Maior General era attribuida a alta direcção dos estudos militares, bem como o controle da Escola Superior de Guerra.

Cabia-lhe ainda a presidencia do Comité de Estado Maior, composto do 1º sub-chefe do E. M., dos chefes de E. M. dos differentes exercitos previstos em tempo de paz e do commando da Escola Superior de Guerra.

Este Comité devia estudar todas as questões concernentes ao funcionamento e melhoramento do Serviço de E. M., o exame das modificações apresentadas pelos chefes de E. M. dos diversos exercitos e por fim, fiscalisar a admissão sahida da Escola S. de Guerra.

Quanto ao recrutamento de officiaes para o E. M. do Exercito, devia ser assegurado por uma escolha entre os «brévétés» indicados como particularmente aptos e provenientes dos maiores capitães, tendo, além do tempo de arregimentação, servido um anno num estado maior e sem capitães e tenentes sahidos da E. de Guerra com menção optima e tendo terminado o primeiro anno de estagio.

Recomendava-se aos Commandantes de Região indicar officiaes que pela sua cultura geral, qualidades militares e conhecimentos profissionais pudessem servir utilmente o E. M. do Exercito. Deviam ser apresentados aos membros do Conselho S. de Guerra encarregado de inspecionar a Região e a este general cumpria externar o seu parecer sobre os candidatos.

A reorganisação da Administração central da Guerra de Dezembro de 1912 fixou definitiva constituição do Estado Maior do Exercito. Este comprehende o gabinete, as secções de pessoal, do serviço corrente, a secção administrativa, a secção d'Africa, a secção historica e os quatro bureaux que são encontrados nos estados maiores de todos os exercitos creados durante a guerra.

O gabinete enfeixa e distribue as questões que interessam as secções e os bureaux. A secção de pessoal occupa-se dos officiaes de Estado Maior, das missões militares, dos caminhos de ferro, dos officiaes de ordenança, interpretes militares e Escola Superior de Guerra.

A secção do serviço corrente providencia sobre os movimentos de tropa para serviços de

ordem, cerimoniaes, paradas, guarnições, estagio de officiaes, permutas e transferencias, funcionamento de escolas para officiaes de complemento, transportes de destacamentos, etc.

A secção administrativa verifica os credits necessarios ao Estado Maior, á Escola S. de Guerra, ao Serviço Geographico, viagens de Estado Maior, manobras, etc.

O 1º bureau tem como attribuições estudar a organização geral do Exercito, os effectivos, a mobilisação, os aprovisionamentos em material e munições.

O 2º bureau occupa-se dos exercitos estrangeiros, dos addidos militares e das missões ao estrangeiro. Com este bureau quasi exclusivamente tenho que me entender no Ministerio da Guerra; canalisa e encaminha todos os pedidos dos Addidos militares estrangeiros em França.

O 3º bureau estuda e prepara o plano de operações de guerra, a instrucção geral do exercito e fiscalisa as escolas, o ensino e o pessoal docente.

O 4º superintende os transportes, ferroviarios, fluviaes e maritimos e tem alçada directa sobre todos os caminhos de ferro.

Esta distribuição parece ter dado sempre toda satisfação e a melhor prova está em não haver sido alterada durante a guerra.

Passo agora a examinar quaes as modificações occorridas na chefia do Estado Maior General no periodo das hostilidades.

Durante o gabinete Painlevé, após o mallogro da offensiva de Abril de 1917, tratou-se de estabelecer uma autoridade intermediaria entre o Ministro da Guerra e o commandante em chefe dos exercitos, que era nessa época o general Nivelle.

Antes, por decreto de 31 de Julho de 1915, havia-se attribuido ao Chefe de E. M. junto ao Ministerio da Guerra a solução das questões ligadas á organização e emprego dos recursos da zona do interior.

Mas, sob o fundamento de ser exigida em maior escala a cooperação do Estado Maior do Exercito (interior) no estudo dos problemas do preparo e coordenação das operações militares, julgou-se indispensavel dar a este official attribuições mais vastas e se começou alterando o titulo para Chefe do Estado Maior General do Exercito.

Na realidade, o que se tinha em vista não eram principios e sim personalidades. O nomeado foi o general Pétain. E as attribuições pareceram logo tão pouco definidas que dêram lugar a se não saber mais qual ficava sendo a mais elevada autoridade, se o Chefe de E. M. G. ou o general em chefe dos exercitos.

Era uma perigosa dualidade de commandos, como tive o ensejo de salientar em meu Relatório n.º 4, pg. 30, de 31 de Maio de 1917.

Dias depois, Nivelle era exonerado do commando em chefe e substituido por Pétain, cujo cargo passava a ser desempenhado pelo general Foch; e por decreto de 11 de Maio fixavam-se as attribuições do Chefe de E. M. G. dando-lhe delegação do Ministro da Guerra para estudar todas as questões technicas interessando as operações militares e para dirigir os serviços geraes do interior.

O Chefe de E. M. G. devia dar ao Ministro de Guerra o seu parecer technico sobre:

1º) a conducta geral da guerra e a cooperação dos exercitos alliados;

2º) o planos geraes de operações estabelecidos pelos generaes em chefe, unicos incumbidos de sua execução;

3º) programma de constituição de material de guerra;

4º) distribuição dos recursos do paiz em effectivos e material sobre os differentes theatros de operações;

5º) emprego dos meios de transporte do territorio e, de um modo geral, sobre todas as questões sujeitas ao seu exame pelo Ministro.

Cumpria-lhe mais, centralisar as questões de pessoal dos officiaes generaes e passavam sob sua alçada directa as missões militares e os addidos militares francezes no estrangeiro.

O novo Chefe de Estado Maior General installou-se no edificio destinado ao Conselho Superior da Guerra nos Invalidos; constituiu logo o seu pequeno Estado Maior, chefiado pelo general Weygand e formado por um pessoal electionado e distribuido em 3 bureaux. (O 1º, de transportes, não figurava); esse Estado Maior, para distinguir-se do que continuava no Ministerio da Guerra, passou a se denominar *Groupe A* (groupe avant, enquanto o outro era *E. M. arriere*).

Parallelamente, continuava no M. da G. um sub-chefe de E. M. com o titulo de major general do Ministerio da Guerra. Este cargo, a principio exercido pelo general Duport, foi depois occupado pelo general Alby. O numero de sub-chefes de Estado Maior foi elevado a quatro. Reconhece-se que a organização, em boa hora confiada ao então general Foch, permittiu a reunião de elementos, visando facilitar a coordenação dos exercitos da Entente.

Na sombra e silenciosamente, sob a direcção de tão illustre mestre, o *«Groupe Avant»* seguiu todas as operações e acompanhou a evolução formidable da luta.

No momento critico, os Alliados tiveram á mão o homem necessario, indicado não só pela sua experiencia, como pelo estudo amadurecido: haviam-se-lhe aggrempiado em torno os elementos de um Estado Maior de escol, que decidia a phase victoriosa da campanha.

Em Janeiro do corrente anno, ou, mais exactamente, a 30 de Dezembro de 1918, o cargo de Chefe de E. M. G. vago desde a elevação do Marechal Foch ao commando supremo, e que era preenchido interinamente pelo general Alby, passou a ser desempenhado de forma definitiva por este general.

Um commandante de C. de Ex.^a, o general Pont, foi nomeado major general e quatro generaes de brigada passaram a ter, como sub-chefes, alçada directa sobre os bureaux. Estes foram:

General Luyt para o 1º, Hallier, para o 2º, Ganter, para o 3º, e Gassouin, para o 4º; mas este ficou sendo incumbido mais especialmente, junto ao Ministerio da Viação, de centralisar a direcção dos transportes.

O general Hallier, tendo seguido em missão para Vienna em Abril, foi substituido pelo general Vidalon que commandava, ultimamente, a 1ª Divisão do Exercito Polaco.

A's *Directorias das Armas* incumbem mais particularmente o pessoal e o material; organizam os quadros de accessos; dependem do Chefe de Estado Maior, embora não fazendo parte do Estado Maior propriamente dito.

Com a guerra, algumas directorias, como a de Saúde, a da Justiça militar, e mesmo simples secções da directoria de Engenharia, como era a Aeronautica, ou da Artilharia, como o Armamento, evoluíram e se desenvolveram de forma a constituirem, as tres primeiras, Sub-Secretariados autonomos e a quarta um Ministerio, todos tendo á frente deputados (respectivamente MM. Mourier, Ignace, Dumesnil e Louchet), com o tratamento de Ministros.

Aos poucos, se desfaz a inflação: o S. S. da Aeronautica militar e maritima foi extinto e cada uma das divisões voltou a constituir uma Directoria particular nos respectivos Ministerios; o Ministerio do Armamento foi transformado em Ministerio da Reconstituição Industrial, regressando á Directoria de Artilharia a secção que lhe pertencia.

Passo a examinar rapidamente os Sub-Secretariados.

Em virtude das circumstancias, do regimen parlamentar e por ser o Ministro da Guerra o proprio Presidente do Conselho, existia e ainda existe um S. S. — da Presidencia do Conselho (deputado M. Jeanneney) que tem mais especialmente por objecto:

As relações franco-americanas, dirigidas por um embaixador, M. Cambon;

os effectivos de terra e mar, commissariado chefiado por um senador, M. le Harissé;

a Segurança Nacional, repartição de alta policia, com a qual repetidas vezes tive de entender-me, para conseguir sahida ou entrada do territorio francez para brasileiros; dirigida por um Conselheiro de Estado, M. Maringer.

O Commissariado Franco-Americano, chefiado pelo deputado Tardieu: esta repartição tomou tal desenvolvimento que, apesar de subordinada á direcção de M. Cambon, no inicio, acabou absorvendo-a e constituindo-se autonoma. Desdobra-se em seis direcções:

1º) gabinete; 2º) assumptos militares, chefe o general Le Rond; 3º) intendencia; finanças, compras, abastecimento, armamento, aeronautica; 4º) transportes maritimos; 5º) assumptos administrativos e technicos; 6º) imprensa, informações, assistencia.

Como se percebe, este S. S. é, provisoriamente, repartição annexa ao Ministerio da Guerra e desaparecerá, quando o titular desta pasta não for mais simultaneamente Presidente do Conselho.

O segundo Sub-Secretariado é o da *Administração da Guerra*, dirigido pelo deputado Abrami.

Cumprê esclarecer que em 1912 havia sido creado um Secretariado geral da Guerra, occupando-se mais especialmente dos serviços administrativos; mas em Dezembro de 1916 o Sub-Secretariado foi encarregado da Administração geral, comprehendendo em suas attribuições as questões de ordem administrativa relativas ao E. M. do Exercito, ás Directorias e Serviços da Administração Central, exceptuando-se apenas os que dizem respeito ao Serviço de Saúde.

O S. S. da A. da G. tem sob a sua dependencia a Inspectoria geral dos effectivos (gene-

ral Deprez), as pensões, o Controle — repartição fiscal que comprehende o estudo dos orçamentos e créditos supplementares, centralização e verificação das contas, contractos e compromissos financeiros — as Comissões parlamentares de compras e a Directoria Geral da Intendencia (V. adiante).

O *Contencioso e Justiça militar* constituída antes uma simples Directoria do M. da G. á qual cumpria o estudo das questões relativas aos operários militares, sua assistência, pensões militares e civis, reclamações sobre interpretação de contractos, actos legislativos, expropriações, etc.

Transformada em S. S. da Justiça Militar — deputado Ignace — fiscalisa mais a applicação do código militar, anterior a 1914, e enfeixa também os multiplos serviços concernentes aos prisioneiros de guerra.

O *Serviço de Saúde* exerce a sua acção, de forma quasi autonoma, sobre o numeroso corpo medico, hospitais, Cruz Vermelha, donativos e concursos estrangeiros. Desdobra-se em secções que se denominam Serviços; assim, além do Gabinete, o Serviço de Pessoal, o Technico (Hospitalização, de medicina, de cirurgia, de reeducação dos mutilados, etc.), o de Contabilidade, o de Material Sanitario e Abastecimentos (material, pharmacia, alimentação, com as sub-divisões de transportes, aquisições, etc.).

Depende do S. S. S. a directoria dos aprovisionamentos, fabricações e Estabelecimentos Centraes do S. S., comprehendendo numerosas secções.

Para precisar idéas, basta dizer que a acção do S. S. S. se exercia, em 1917, sobre mais de 17.500 medicos, 3.240 pharmaceuticos, 3.800 officiaes de administração e cerca de 35.000 empregados civis.

O desenvolvimento tomado por esse S. S. parece indicar a sua constituição num ministerio independente, abrangendo todas as medidas concernentes á hygiene publica; pelo menos, na ultima grande epidemia, este S. S. estendeu a sua acção por todo o paiz e distribuiu em turmas, por diferentes localidades, os medicos de reserva brasileiros que haviam sido postos á sua disposição.

Dentre as *Directorias*, a mais importante, quanto ao numero pessoal que superintende, é a da *Infantaria*. Além das 3 primeiras secções — Pessoal, Recrutamento e Estabelecimentos de Infantaria (Escolas e Centros de Instrução) abrange ainda a fiscalização do treinamento physico e inspeciona os centros de educação e preparação militar.

A de *Cavallaria* tem duas secções que se occupam com o pessoal e a remonta; uma sub-directoria é exclusivamente destinada á Gendarmeria. Existem ainda duas Inspectorias: a das remontas, chefiada por um general e a de veterinaria, dirigida por um Veterinario Inspector (assimilado a general de brigada).

Em 1913 foi creada uma Inspectoria Geral de Cavallaria, que devia ser confiada a um general de divisão, membro do C. S. G. e cuja

missão é assegurar á arma a unidade de vistas na applicação dos regulamentos, dirigir a instrução tactica dos generaes e chefes de corpos, assim como as manobras de conjunto da arma. Este cargo é hoje exercido pelo general d'Urbal.

A *Directoria de Artilharia* tem á sua frente o general Bourgeois (que accumula com a direcção do Serviço Geographico).

Distribue-se por tres secções — a de pessoal (organização e mobilização), a technica e a recente e transitoria, relativa ao fornecimento de material ao exercito americano.

Depende da Artilharia uma sub-divisão destinada a adquirir grande desenvolvimento, que talvez venha a constituir uma Directoria especial, a da artilharia de assalto, comprehendendo duas secções: a de organização e mobilização, e a technica.

O *Serviço Geographico* continúa a ser dirigido pelo eminente general Bourgeois. Em relatório anterior teve ensejo de dizer como o pessoal deste Serviço se desdobrou pelos Canevas de Tir, secções topographicas e cartographicas creadas junto a cada exercito, onde se realisavam a revisão e correcção das minutas, concernentes á zona de operações. O S. G. propriamente dito achava-se reduzido a um grande estabelecimento lithographico e immensa arrecadação fornecedora de variado material topographico, destinado não só aos Canevas de Tir, como ás unidades de artilharia.

A *Directoria de Engenharia* é extraordinariamente complexa, devido ás numerosas sub-divisões de material. Tem, como as demais, um general á sua frente e se reparte em duas secções: pessoal e material.

Além das Inspectorias technicas de engenharia propriamente dita, e dos trabalhos de defesa das costas, existe uma sub-directoria especial para o estudo e aperfeiçoamento do material e diversas secções technicas.

O S. S. de *Aeronautica*, agora suprimido, recolheu as suas duas repartições — aviação militar e maritima — aos respectivos ministerios. Assim a Directoria de Aeronautica, chefiada a principio pelo coronel Dhé e ultimamente pelo general Duval, desdobra-se em quatro bureaux: um de pessoal, outro de aerostação, terceiro de aviação e o quarto technico.

Existe uma Inspectoria Geral das Escolas de Aviação, a cuja frente esteve o deputado coronel Girod; as escolas eram em numero de onze, durante a guerra; algumas, como a de Ambérieu e Pau, já foram fechadas.

Provisoriamente, e afim de attender á situação creada pelo armistício e á necessidade de restituir ao paiz as forças indispensaveis á sua evolução economica, sem enfraquecer em demasia o exercito, foram constituídos dois Sub-Secretariados especiaes:

O da desmobilização, confiado ao deputado Louis Dechamps, que regula a época em que as diversas classes podem ser dispensadas e dirige todas as providencias a respeito.

O da liquidação dos stocks de guerra, ao qual incumbe dar destino ao immenso material de toda especie, accumulado em vista da continuação das operações e que a paz torna dispensavel.

Como se percebe, estes dois Sub-Secretariados são função das circunstâncias de transição e desaparecerão em breve.

A's Directorias das Armas compete a fiscalização das Escolas praticas respectivas. Assim, da D. A. depende a de Fontainebleau, da D. C. a Escola de Rambouillet — que volta em breve para Saumur —, da D. E. a Escola de Caminhos de Ferro e dos alumnos officiaes de Versailles.

Uma Directoria especial — a das Tropas Coloniaes — chefiada pelo general de B. Aube, enfeixa todas as questões relativas, não só á contribuição militar das colonias, como á mão de obra que estas podem fornecer. Essa directoria distribue os seus serviços entre 5 secções: a secção technica, a do pessoal da infantaria colonial, a do pessoal de artilharia colonial, intendencia e serviço de saúde das tropas colonias, a de material e contabilidade e por fim a de organização dos trabalhadores colonias.

A Directoria da Intendencia Militar — dirigida por um Intendente equiparado a general de brigada — comprehende, além do gabinete e da secção de mobilização e abastecimento, 6 bureaux, cujas incumbencias assim se resumem: 1º) pessoal da intendencia e mobiliario; 2º) viveres; 3º) forragens, aquecimento, iluminação; 4º) soldos e gratificações; 5º) fardamento e equipamento; 6º) transportes e despesas de deslocamentos.

Uma ultima Directoria que, com a extinção do Ministerio do Armamento reverte ao M. da Guerra, é a de Polvora e Salitres, dirigida pelo general Lheure. Repartição quasi exclusivamente de ordem technica, superintende as fabricas de polvora e os laboratorios pyrotechnicos, que tiveram extraordinario incremento durante as operações.

Eis resumida a distribuição do organismo administrativo technico do Ministerio da Guerra Francez. Esforcei-me em apanhar o conjunto, sacrificando, forçosamente, detalhes. Nem era possível de forma simultanea, esmiuçar e synthetisar; preferi ater-me a este ultimo alvitre, certo de assim conseguir fixar algumas idéas.

Pariz, Março de 1919.

Tenente Coronel *Malan*.

O que o Exército pode ser para a Nação

(Continuação)

b) Outras materias

Para a ordem unida no batalhão a aprendizagem, em face dos movimentos de conjunto do pelotão e da companhia, não durará muito, porquanto nossos regulamentos reduzem, acertadamente, ao minimum os movimentos de conjunto, isto é, estabelecem o estritamente necessario para que a companhia possa «manobrar» de maneira a occupar seu logar nas formações preparatorias de combate, etc.

Desde que a companhia esteja segura nas evoluções isoladamente, é quanto basta, no ponto de vista do soldado; as grandes evoluções da companhia nas maiores unidades, attendem sómente aos chefes, que têm de fazer os

commandos apropriados. E' necessario ainda que os chefes aprendam o que têm a fazer, para o que é preciso um certo numero de exercicios de conjunto.

O que exige grande tempo no aperfeiçoamento profissional do soldado, é o estudo da maneira de combater, bem como o conhecimento de sua obrigação nos serviços de cobertura em marchas ou em estação.

Os perigos da luta moderna são taes, que as tropas dentro de pouco tempo são dizimadas, si não souberem fazer um uso judicioso, nas marchas sob fogo inimigo, dos menores accidentes do terreno. E' necessario desenvolver neste ponto de vista a intelligencia, a iniciativa, o golpe de vista do soldado; tornal-o apto a aproveitar todas as circunstancias favoraveis para se dissimular, esconder, rastejar, estacionar em pontos donde possa fazer bom emprego de sua arma, cobrindo-se, o quanto possível, do fogo do adversario. E' preciso procurar, multiplicar as occasiões de pôr em pratica esta iniciativa, de sorte que torne o soldado instinctivamente «desembaraçado». E' preciso exercital-o nos ataques ou defesas de cidades, villas, bosques, povoações, etc.; ensinar-lhe a conducta sob o fogo inimigo de infantaria ou artilharia, a maneira de receber as cargas de cavallaria, etc. E' necessario aperfeiçoal-o no manejo da pá, da picareta, da serra, do facão, para construir abrigos, trincheiras, organizar ou destruir defesas accessorias.

E' então que se o habitua ás longas etapas, que se o exercita em marchas e em combates á noite; o papel do soldado na vanguarda, numa guarda de flanco; elle aprende seu papel de ronda, de transmissor de ordens ou esclarecimentos; ensinam-se-lhe os meios de orientação em campanha... Fazem-se exercicios de acantonamento ou de bivague; estabelecem-se postos avançados: posto principal, pequenos postos, linhas de sentinellas duplas, postos de observação, etc.

Não basta porém fazer uma unica vez cada exercicio; é preciso repetil-o sempre, para que cada um delles se torne familiar, para que o soldado não fique nunca embaraçado em qualquer circumstancia que se apresente. Semelhante resultado não é facil de obter-se e a simples enumeração que precede prova que não é em um tempo muito reduzido que se o consegue. Será sufficiente percorrer rapidamente um livro para se o comprehender bem e conhecê-lo? Absolutamente, não. E' preciso lê-lo lentamente e com attenção, insistindo, repisando, sobre as phrases mais obscuras. Da mesma forma não se poderia instruir o soldado percorrendo a passos largos um programma de instrucção sobre-carregado: é necessario avançar lentamente — «piano, piano...» Deve-se levar em consideração, como em todos os ramos da actividade humana, o principio da economia de forças.

A instrucção do soldado deve ser integral, isto é, deve estender-se a todos os elementos essenciaes das questões que elle terá sempre a resolver. Mas como o numero de conhecimentos que podem «entrar» em um cerebro humano depende de sua «capacidade», e sendo o cerebro dos nossos soldados de pequena capacidade, importa evitar a instrucção, como na linguagem do povo se diz, «a matar», que não dará sinão resultados muito deficientes; ao contrario, mi-

strar os conhecimentos lentamente, aprofundando, solidificando, de maneira tal que a execução dos mesmos seja natural, espontânea, por meio de repetições frequentes, rápidas; que a cada caso de applicação que appareça, a devida seja prompta; que o soldado não tenha nítido a reflectir, que elle não tenha mais que fazer apello á memoria: é preciso que elle adquira, pelo treinamento profissional, o julgamento «inconsciente» que mostra instantaneamente o caminho a seguir. Todo exercicio repetido com frequencia torna-se cada vez mais facil, exige cada vez menos o concurso da vontade, até e, as sensações accionando directamente os musculos, imponha-se immediata e irreflectidamente solução de qualquer problema novo, analogo a um caso já passado.

Albert Levy, em sua «Psychologia do caracter», escreve:

«Quando duas ideias são percebidas ou duas pressões experimentadas em conexão íntima — é simultaneamente ou em successão immediata, uma, reproduzindo-se no espirito, tende a lembrar sempre a outra. E esta tendencia á associação mutua é — como o habito, do qual a é uma manifestação — proporcional ao numero de vezes em que estão unidas (repetição das mesmas circumstancias) e á intensidade com que se apresentam ao espirito.»

O argumento verdadeiramente decisivo em prol da redução do tempo de serviço militar, segundo J. de Bloch «é que na Russia a escola do soldado, isto é, os exercicios de aperfeiçoamento, a gymnastica, as marchas militares, o serviço em campanha, o manejo da arma, as manobras tacticas, o tiro ao alvo, são ministrados em nove mezes».

Suas investigações, parece, têm mostrado que, ao fim de nove mezes, os soldados estão suficientemente exercitados para que um instructor, mais habéis, possa fazer distincção entre o soldado que tenha servido somente nove mezes e um outro, que tenha passado tres annos no serviço.

Os successos da guerra da Mandchuria permittem-nos julgar que esta instrucção que J. de Bloch enaltece, era muito mal comprehendida; mas, esta prova — todavia concludente — posta em parte, não é somente, por ser impossivel distinguir nas fileiras um soldado de nove mezes de um outro de 3 annos, que se póde concluir que um vale o outro. Julga-se o soldado de accordo com a sua maneira de agir espontaneamente, isoladamente, fóra da fileira; em todas as circumstancias que se assemelham ás da guerra, e não conforme a sua attitude entre camaradas, nas fileiras. Tal como J. de Bloch affirma, todos que vivem no meio dos soldados bem distinguir muito bem o antigo do recruta, que tem nove mezes de serviço. Manifesta-se no antigo, uma diminuição dos conhecimentos profissionais, e um aperfeiçoamento que se conserva pela maneira com que executa todos os trabalhos que exigem grande apello á iniciativa. Nas manobras, sobretudo, percebe-se que o antigo soldado tem o sentimento do «já feito», «já isto», que lhe dá uma notavel superioridade sobre o novo.

As manobras! Eis o que permite aos chefes julgar do valor profissional das tropas que commandam, offerecendo toda a sua resistencia physiologica. Permittem decidir se, physiologica e

profissionalmente, o soldado está apto a representar o papel de combatente.

Mas vejamos se o que se passa nas manobras se relaciona com as circumstancias da guerra. Na guerra, marcha-se, estaciona-se, combate-se; nas manobras opera-se segundo os themas que estabelecem situações possiveis de combate, e, para chegar á solução destes themas, marcha-se, estaciona-se, combate-se.

Uma tropa A marcha ao encontro de uma tropa inimiga B. A marcha ordena-se e executa-se, segundo ordens semelhantes ás expedidas em tempo de guerra, em condições identicas; duma e doutra parte, os escalões de exploração executam sua tarefa: lançadas á distancia, as patrulhas de cavallaria procuram o inimigo, colhendo os esclarecimentos sobre sua situação, sua direcção de marcha, seus effectivos; seguem as fracções inimigas encontradas.

De parte a parte estes serviços lutam com intelligencia, habilidade, rapidez; os esclarecimentos são enviados por estafetas, que se exercitam assim, atravez um paiz predescoberto, a procurar os escalões para os quaes são enviados. Si tal se torna necessario ao desempenho de sua missão, os dous grossos de cavallaria chocam-se e combatem...

Entretanto a massa das tropas caminha e marcha como marcharia na guerra; as etapas são determinadas, os repousos calculados; cavallaria, infantaria, artilharia, etc., escalonam-se ao longo das vias em grupamentos provisórios de marcha realmente organizados. Segundo o que sabe sobre a situação do inimigo, e levando em consideração a necessidade de dar ás tropas um repouso sufficiente, o commandante ordena o estacionamento nos logares determinados, baseando-se nas circumstancias da marcha, sobre o trabalho fornecido pelas diversas grandes unidades e sobre a tarefa que incumbirá no dia seguinte a cada uma dellas: os grupamentos provisórios de marcha deslocam-se para formar os grupamentos temporários de estacionamento. Nos acantonamentos, estabelece-se o serviço de guarda, e a organização do serviço de protecção depende da situação respectiva das tropas inimigas. No dia seguinte os grupamentos temporários de marcha, diferentes em principio dos da vespera, e um serviço de segurança em marcha succede ao serviço de segurança em estação.

Desde que o contacto com o inimigo é tomado, a batalha está proxima; novas ordens deslocam os grupamentos de marcha ou de estação para formarem os grupamentos de combate e estes variam conforme as circumstancias, que o commandante aprecia.

Até aqui tudo que se faz na guerra reproduziu-se. Mas quando todas as disposições estão tomadas para a luta, quando os objectivos são determinados, a manobra não representa mais exactamente a guerra; — os fuzis não enviam balas, nem os canhões granadas ou shrapnells; não se poderia dizer com acerto qual dos adversarios teria, na realidade, as vantagens da luta; tudo o mais os arbitros podem determinar mais ou menos, segundo as disposições tomadas, as maiores ou menores probabilidades que teria um ou outro partido de desbaratar seu adversario.

E' para o combate propriamente dito que se pode dizer que a manobra dá uma falsa idéa

da guerra, ou melhor, não dá uma idéa exacta da guerra; mas não se pode dizer o mesmo do conjuncto das manobras.

Estas são o grande meio de instrucção dos chefes superiores e dos estados-maiores.

E sobretudo nas manobras que os chefes de toda categoria aprendem a dar ou interpretar rapidamente as ordens: é então que todos os graduados, de todos os grãos da hierarchia, encontram a occasião de desempenhar seu papel como na guerra.

Os officiaes põem em pratica os principios da conducção das tropas, dos cursos que são dados nas escolas, os livros que tratam do assumpto; mas a tactica é sobretudo uma sciencia de applicação, e aqui, mais do que nunca, a pratica deve completar a sciencia. Pode-se ser um erudito, um escriptor profundo, e ser um máo tactico no campo de operações. Julgamento sem a sciencia, é melhor que muita sciencia sem julgamento, e é a pratica repetida que, na tactica, dá o julgamento. E' sobre o terreno que se julgam os officiaes; é nas manobras que se distingue o homem que sabe decidir rapidamente e da solução a dar passar á execução.

E' nas manobras tambem que o serviço de intendencia se familiarisa com seu funcionamento no tempo de guerra. O serviço de saúde nelas encontra, outrossim, uma esplendida occasião de se instruir. As tropas destinadas á formação dos trens e comboios não aprendem bem seu papel sinão nas manobras, onde funcionam realmente.

As manobras têm para os chefes subalternos e os soldados o resultado de lhes mostrar ao menos uma vez o que é uma completa e boa disposição de tropas de todas as armas, o que são as columnas de numerosos effectivos, o que são os acantonamentos, o que é um serviço quasi real de exploração e de segurança.

Si rebenkasse uma guerra, o soldado que já tivesse participado de grandes manobras havia de executar muita coisa semelhante em muitos pontos ao que já houvesse executado. Elle teria o conhecimento do «já visto», e, não se pode negar que este sentimento do «já visto», «já executado», é uma força moral, que reage sobre a força physica; e, pelo menos a este titulo, as manobras seriam muito uteis. Em sua obra Vom Kriege, Clausewitz dizia:

«E' de capital importancia que todo militar, quaesquer que sejam sua posição e suas funções, não veja pela primeira vez na guerra cousas que, á primeira vista, lhe proporcionem o espanto e a perplexidade; basta que elle tenha previamente testemunhado estas cousas para que fique logo familiarizado com ellas.»

J. de Bloch diz tambem:

«O treinamento mecanico das manobras é inútil no campo de batalha em vista da enorme dispersão das tropas e da construcção dos entrenchamentos.»

Não se percebe como a grande dispersão das tropas prejudica as manobras; quanto mais elevados forem os effectivos a manter, maior a necessidade de habilitar-se-lhes a mover. Além disso no que poderia a construcção dos entrenchamentos tornar inútil o treinamento nas manobras? Não comprehendemos perfeitamente esta idéa; é aparentemente insensata.

Este capitulo não se pôde terminar aqui. Somos obrigados a demonstrar que os argumentos de Moissé e de J. de Bloch não têm o valor que Mlle. Joteyko lhes empresta, em uma obra que tem por fim demonstrar que se pôde diminuir o tempo de serviço.

Parece necessario, para terminar a questão buscar o argumento empregado pelos publicistas e que J. de Bloch e Mlle. Joteyko naturalmente reproduziram: a Suissa e a Hollanda reduziram a alguns mezes a duração do tempo de serviço.

Não são estes os unicos paizes que introduziram o tempo de serviço em tão curto praso; é necessario citar a Dinamarca, a Suecia e a Noruega.

(Continúa)

Tenente José Portocarrero.

Bento Manoel Ribeiro

Conferencia realisada no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo pelo tenente coronel Pedro Dias de Campos.

(Conclusão)

Novo lapso de paz para o Rio Grande permite ao lendario defensor das fronteiras curto mas merecido repouso, até que em 1851 realisa-se entre a Republica Oriental, o Estado de Entre Rios e o Brasil, uma alliança offensiva. Essa alliança tinha o objectivo de assegurar a independencia daquella Republica, para cuja consecução tornava-se necessario a expulsão das tropas do General Oribe para além das fronteiras.

Um nome logo se impôz para chefiar as tropas que tinham de desempenhar a ardua tarefa. O General Conde de Caxias foi encarregado de organizar um exercito, e com elle invadir a Banda Oriental. Bento Manoel Ribeiro, altivo e sereno, estava de novo ao seu lado.

Nomeado presidente do Rio Grande, o chefe do exercito mobilisou todas as tropas da provincia organisando um corpo de 20.000 homens, repartidos em quatro divisões e estas, em 14 brigadas. A primeira divisão, a mais importante, foi confiada a Bento Manoel, em Agosto de 1851. Pouco mais tarde tendo Caxias necessidade de deixar temporariamente a tropa, entregou a Bento Manoel o commando em chefe do exercito, o qual teve de iniciar, immediatamente, o movimento para a frente, transpondo o rio Gy e indo estacionar em Santa Luiza. Bento Manoel transpôz este passo em 2 de Novembro, num aceno de ameaça ás tropas do dictador Rosas, que dominava, com tyrania, no territorio que invadira.

Terminou ahi a brilhante carreira militar do grande tactico e arrojado batalhador. Doente, — por se terem aggravado os seus atrozes padecimentos, originados pelas graves feridas que em rudes campanhas recebera, — fôra forçado a deixar a chefia do exercito e dimissionar-se igualmente do commando da primeira divisão, que elle com tanto carinho organisára nos pampas.

Retira-se, em seguida, licenciado, para Santa Catharina afim de tratar-se convenientemente, mas afagando ainda a esperança de, restabelecido, voltar ás lides guerreiras que se tornaram para elle uma segunda natureza.

Naquella provincia, onde fôra tratado com grande desvelo, recebeu Bento Manoel a noticia de ter sido elevado ao posto de tenente-general e a ordem do dia baixada pelo general Caxias elogiando-o e agradecendo os inestimaveis serviços prestados ao Brasil e ao exercito.

Tendo pedido reforma, por se sentir incapaz de voltar ás fileiras, foi elle primeiramente promovido ao posto de marechal e, em seguida, por decreto de 22 de Setembro de 1852, obteve a sua retirada com o soldo integral, por haver servido no exercito, na paz e na guerra, mais de cincoenta annos.

Não podendo transferir-se para a terra de seu nascimento, como parecia desejar, de Santa Catharina partiu o marechal Bento Manoel Ribeiro para Porto Alegre, onde se achavam reunidos, afim de esperal-o, quasi todos os membros de sua numerosa familia.

Neste estudo, sómente ligeiros traços das lides guerreiras do inolvidavel brasileiro pouderam ser colligidos. As suas gloriosas campanhas dariam materia para varios volumes. E nem siquer foi possivel aproveitar tudo o que sobre Bento Manoel Ribeiro escreveram os saudosos historiographos Barão do Rio Branco, capitão Pretextato Maciel da Silva e dr. Tristão de Alencar Araripe, os quaes foram accordes em affirmar que, sosinho, elle assignalou para os factos militares e para o Imperio Sul Americano, o periodo de maior gloria.

Falleceu Bento Manoel em 30 de maio de 1855 e seu restos mortaes repousam na necropole daquella cidade, cuja cavalleiresca população se honra com tão precioso deposito.

Eis ahi «quem era o sorocabano Bento Manoel Ribeiro». Expoente da energia de um povo que fez a grandeza territorial do Brasil em extraordinaria expansão de vitalidade; expoente de uma raça que devassou, audaz, o coração das florestas mysteriosas, attingindo pontos dominados por povos de outras raças, expellindo-as e afastando-as; expoente dos intemeratos que fizeram — com os invasores, — recuar os marcos fronteiriços, Bento Manoel não podia deixar de ser o que foi, não podia deixar de justificar e mais ennobrecer a sua digna ascendencia; tinha de juntar aos trophéos reunidos pelos seus antepassados, os louros imarcessiveis de seus gloriosos feitos de guerra.

Seu corpo descança na fria argila da campanha que tanto amou, mas a sua alma, sua heroica alma, adeja ainda no espaço, inspirando todas as nobres acções de civismo de que somos testemunhas.

Sua alma, irmanada á de Ozorio, guiando-lhe os passos, inspirando-lhe a estrategia, auxiliando seu braço herculeo, batalhou e venceu nos pantanos paraguayos. Com Ozorio, colheu os louros das pugnas formidaveis de Itapirú, Passo da Patria, Estero Bellaco, Tuyuty e Humaytá.

Desapparecido o Marquez de Herval, seu espirito se encarna em Deodoro, que proclama a Republica; em Floriano, que consolida as instituições republicanas; em Bilac, que pronuncia em S. Paulo a oração sublime, destinada a ecoar em todos os recantos do paiz e no coração da juventude brasileira; na tropa, despertando o civismo e o entusiasmo patriotico; na mocidade, que vibra intensamente, inspirada em novos ideaes; no povo, que nos offerece o espectáculo bello e dignificante de um esforço conjuncto na marcha para a frente, objectivando nobres e grandes destinos.

O espirito de Bento Manoel continuará, — pelos seculos — a alentar os nossos corações de patriotas, a proteger a nossa nacionalidade, e a fazer reflorir, pelo entusiasmo dos moços, em uma Patria gloriosa o nosso Brasil esplendoroso.

Um gesto louvavel. Do Snr. Major J. de Castello Branco recebemos uma carta narrando a bondade e o interesse com que a «Papellaria Macêdo» procurou auxiliar a realisação do concerto em beneficio de um mutilado

da batalha de Cururú. O missivista mostra-se admirado e agradecido porque a «Papellaria» não só promptificou-se a fornecer os ingressos, programmas, etc., gratuitamente, como ainda se offereceu para auxiliar outros serviços que fossem necessários, dando assim um exemplo de civismo. Também folgamos em dar publicidade a esse acto modesto e silencioso em que se lembra o exercicio da bondade sem promover chás pelas crianças estrangeiras e outros *rastacoerismos* que justificam o nosso apellido de *macacos*.

Combate de Sarandy

Nos ultimos numeros d'«A Defeza Nacional» li uma conferencia do Snr. Coronel Pedro Dias de Campos, sobre Bento Manoel. A parte publicada no primeiro d'elles termina no combate de Sarandy, havendo nos seus dous ultimos periodos, referencias honrosas ao Major Alencastre.

O combate de Sarandy e os actos d'elle decorrentes, em que foi parte saliente o Major Joaquim Antonio de Alencastre são dignos de rememorar, porque apresentam accões nobilitantes dos nossos antepassados, que tanto luctaram para nos legar o luxuoso patriotismo, que possuímos.

Não foram promissores de paz e de socego os alvares do seculo XIX para o Brazil, na sua fronteira meridional. Ao finir-se o seculo anterior, o seu poente era rubro clarão de incendio, que se não extinguiu e veio ainda reproduzir-se no seculo nascente, annunciando guerras porfiadas com um tragico cortejo de horrores. As contendias entre os povos ibericos tinham aqui a sua repercussão sanguinolenta.

José Borges do Canto, Manoel Pedroso e Gabriel Ribeiro de Almeida foram os heroes masculos da conquista das Missões Orientaes do Uruguay. Conquista grandiosa que nos deu um dos mais bellos pedaços do nosso torrão, feita por heroes, a quem a posteridade abandonou ao esquecimento.

Consolidada a conquista, continuaram as guerras. André Artigas e o General Chagas rivalisaram em crueldade e depredações em ambas as margens do Uruguay.

Não lograram os homens daquella epoca serenos dias de paz; ao contrario viviam em guerra, da guerra e para a guerra.

Rudes, bravios, heroicos, devotados ao serviço das armas endureciam os organismos em contacto diario com a natureza selvagem. Sem lar, sobre o corcel brioso, voavam pelas coxilhas, de guerra em guerra, sublimes de bravura e de desprendimento, esperando sempre a morte tragica, na meia lua de uma lança inimiga. Mas nem por isso se lhes afrouxava o animo varonil e inquebrantavel. O socego e a paz só lhes vinham com a velhice ou quando já esgotados ou valetudinarios.

O combate de Sarandy teve como consequencia a perda da Provincia Cisplatina. Fossem quaes fossem os resultados da Batalha de Passo do Rosario, fatalmente chegaríamos á independencia do Uruguay que era um acontecimento a que se não poderiam oppor as forças imperiaes. O Uruguay é um ninho de heroes, é um povo indominavel, que se não submeteria ao jugo estrangeiro. Sua independencia foi um acto diplomatico, conquistado pelos heroes de Sarandy. Sem a victoria de Lavalleja e Rivera não teríamos a Batalha de Ituzaingo, cujos resultados indecisos não teriam as consequencias immediatas que surgiram, se não fossem as complicações internas e externas da politica imperial. Os Uruguayos trabalhavam para a independencia de seu formoso e rico solo patrio e os Argentinos pela sua annexação ás Provincias Unidas do Prata.

E' preciso conhecer esse povo de perto para vel-o grande no seu devotamento patriotico, immenso na veneração de seus heroes, fanatico pelo solo patrio e pela sua grandeza, até á allucinação. Creança, vivendo ao lado d'elles, sem conhecer os nossos homens e os nossos heroes, ouvia com inveja meninos uruguayos falar dos seus e cantar as façanhas dos 33 orientaes. A impressão que tínhamos, elles e eu, era que se tratava de gigantes invencíveis, lendarios, que nos abysmavam na nossa incomprehensão de creanças. A humilhação que eu sentia ao ouvi-los cantar os seus heroes na sua formosa lingua, quente de patriotismo infantil, doia-me tanto! E' que aquella Patria lhes tinha custado os sacrificios de seus maiores e elles aprendiam a amal-a e a venerar os seus grandes homens desde o lar, desde a escola. Nunca a fatalidade geographica apertou dentro de limites tão reduzidos um povo tão grande. Bem haja aos heroes que sustentam a obra grandiosa de seus antepassados, guiando-a

para um melhor futuro de engrandecimento moral e politico.

O Combate de Sarandy realisou-se no dia 12 de Outubro de 1825. De todas as descripções d'esse combate, a que se nos figura mais verdadeira, é a que foi feita pelo General Ozorio, em resposta aos quesitos, que lhe foram propostos pelo Barão do Rio Branco.

Os Uruguayos, commandados por Lalleja e Rivera achavam-se acampados á margem esquerda do Sarandy, a um quarto de legua, acima do passo. Bento Manoel, nos primeiros clãres matutinos passa para a margem esquerda e encontra o inimigo, que tinha 500 homens a cavallo, de alcatéa. Depois de reconhecida a força inimiga, a força brasileira muda de cavalos e apresta-se para o combate. Pela opinião do General Ozorio nós teriamos uns 1.400 homens e os Uruguayos um pouco mais de 2.000. Baldrich diz que as forças dos adversarios eram unicamente equilibradas.

A força brasileira lançou-se sobre a inimiga em columnas de meios esquadrões, sem reservas. Approximando-se, o inimigo formou em linha e lançou duas columnas de flaqueadores sobre os dous flancos da nossa força.

O nosso centro resistiu, desbaratou o inimigo, avançou, sendo detido pelo canhão uruguayo. Os flancos cederam immediatamente diante da superioridade numerica e do arrojo da investida. O Major Alencastre foi o unico que brigou, detendo o inimigo em cheque durante 3 horas, o que permittiu a retirada dos outros destroços da força brasileira.

«O Major Alencastre com pouco mais de 400 homens victoriosos, cercado no campo, teve que capitular» (General Ozorio) «O combate começou ás 9 horas da manhã. Só por parte do Major Alencastre é que teve a duração de mais de 3 horas, porque elle rechassou differentes cargas, e, entrando em parlamento, essa demora facilitou a retirada dos dispersos». (General Ozorio) Parece que se pode dizer que o Major Alencastre salvou a honra das armas brasileiras.

Baldrich na sua «Guerra del Brazil» assim se exprime: «La masa enemiga, semejante a las hojarascas de la selva, arrastrados por la tempestad, se dispersó,

traz breves remolineos, animadas por las locas energias del panico. Solo el bravo y sereno commandante Alencastre — semejante a Ordoñez en el campo luminoso de Maipo — logró reunir em torno suyo a 400 soldados e 40 officiales, reliquias de la brillante division. Logró imponer-se en el primer momento y se retiro em ordem y amenazante al otro lado de Sarandy, alentando una suprema esperanza de salvacion, hasta que al fin, acossado por todos los lados y no veyendo outra solution que una inutil carniceria se rindió reclamando para el y los suyos todas las consideraciones debidos a los prisioneros de guerra, que les fueram ampliamente acordados.»

O Combate de Sarandy que teve mais importancia pelas grandes consequencias que produziu, que pelas forças que nelle se engajaram, é uma acção typica d'aquella epoca. Não havia serviço de segurança, nem manobra. A cousa resolvia-se á valentona. Era tudo uma questão de bravura pessoal, de astucia, de arrojo.

O unico simulacro de manobra foram as columnas de flaqueadores, lançadas contra as nossas forças, e a retirada do Major Alencastre, que procurou manobrar para salvar-se, passando o Sarandy.

E assim é a historia. De um combate tão pequeno derivaram consequencias tão grandes!

E para terminar vou citar na integra uma passagem interessantissima de Historia do General Ozorio. Tratando-se do Combate de Sarandy merece especial menção uma occurrencia digna de memoria:

«Capitulando, o Major Alencastre cahiu prisioneiro com 49 officiaes e 470 inferiores e soldados. Conduzidos do campo foram postos a bordo de um navio na Villa de Paraná, capital de Entre-Rios. Em viagem Alencastre concebeu o plano de sublevação contra a força que os guardava e como geitosamente combinasse com os companheiros o realisou em volta para Santa Fé. Ao seu grito de Viva S. M. o Imperador, estes prisioneiros heroes atiraram-se desarmados sobre a escolta e luctando a dominaram. Em seguida Alencastre força o mestre e o pratico do navio a seguir pelo rio Paraná. Passou em frente á bateria defendida por 6 bocas de fogo. Para não ser atacado faz içar a bandeira argentina e consegue illudir as povoações de S. Lourenço e Rosario. Aproveita-se da noite para fur-

ir-se ás baterias de S. Nicolau, S. Pedro, e até, Entra no Rio Pavão, passa ao Quassú e illude também a vigilância das canhoneiras artilhadas, resolvido porém a metter-lhes a proa se as encontrasse pela frente. Até então, levando inimigos a bordo tem navegado durante tres dias e duas noites, sem mantimentos. «Os feridos que iam a bordo são alimentados com caldo de carne salgada. Não ha medicamentos. Para que não falte o sustento, Alencastre distribue a ração de carne seca de uma onça a cada turma de 170 soldados e faz que pesquem. Engrandece sua heroicidade com um acto generoso. Não se vinga do inimigo: arrecada todo o dinheiro que tem e o dos companheiros, compra roupas, arreios, e junto ao povo de Guareliguay desembarca os officiaes e soldados inimigos, mandados para os custodiar, fazendo-lhes de tudo isso presente e os deixa ir em paz. Fica com 25 avinas, 22 espadas, cananos e cartuchos. Continua a navegar. Procura o Uruguay em rumo a Martin Garcia e depois, avisando a Flotilha Brasileira, arria a bandeira que hasteava por cautela e em seu lugar põe outra feita de forros dos pontos do mastro grande aos gritos de «Viva Imperador!»

Perfeitamente salvo e bem acolhido com seus camaradas entrega o navio em que viera (insignificante, e apropriado para arrastar madeira) á marinhagem d'elle, em cujos serviços seria impossivel a trocação.»

Cap. A. Alencastre.

que traz de novo o R. Cont. (N.2)

II

Continencia individual. — No art. 11 destacam-se claramente os elementos, já referidos no art. 3, como «essenciaes, solidarios e inseparáveis»: a attitudo durante a continencia, o gesto correspondente, a distancia e duração. Novidade propriamente não ha, mas o que assume esse character pela razão de que não era corrente interpretação uniforme é o facto de definir precisamente cada um dos elementos, fazendo saltar os que em geral eram menosprezados. Geralmente a continencia individual era o gesto não feito de qualquer modo, sem encarar o superior, e á ultima hora. Na letra b, tirado do gesto, está gaphado: «o olhar franco naturalmente voltado para o superior, acompanhando-o com a cabeça, durante a continencia». Inspirado na observação dos nossos habitos militares não termina sem esta recapitulação: «A disciplina e a duração da continencia e o encarar as condições essenciaes da continencia individual em qualquer situação».

Define ainda o art. a maneira como o superior responde á continencia: encarar o subordinado, levar a mão á cobertura e baixal-a em seguida.

No art. 12 completam-se e corrigem-se as indicações para o caso de militares que se cruzam: começo da continencia em qualquer caso a 5×; si ambos marcharem, cessa logo que se cruzam; si o superior está parado cessa 3× depois de passado, (no caso inverso vêr 11c); se são de igual graduação cessa após um passo.

No art. 13 resolve-se, no final, a questão do braço pendente durante a continencia em marcha: nem continúa a oscillação, porque isso seria mecanicamente forçado, nem fixa a mão á perna: cessa a oscillação.

No art. 14, tratando dos casos em que se faz alto para a continencia, é fixada a distancia em que se pára: tal que a execução possa começar na distancia de continencia (11c).

No art. 15, 2º periodo, regulamenta-se de accordo com a boa educação civil e com o que é pratico, o modo de proceder quando dois militares se encontram numa porta fechada, o superior a querer entrar. Lembro-me por exemplo, da sentinella do portão dos fundos do quartel do 1º R. A. Não era propriamente uma sentinella, porque o homem ficava só de cintura e sabre.

O portão era fechado sem chave. Um official ia entrar, o homem perfilava-se, fazia continencia e muitas vezes ficava longamente nessa attitudo, enquanto o pobre official suava a forgar no fecho emperrado e a empurrar o pesado portão e, logicamente, a fechalo depois... porque se o homem não devia ou não queria abri-lo, também não devia fechalo!

Isso era correcto, pratico, militar?

No art. 16, mantendo o principio de que os militares onde se encontrem devem se saudar, fica abolido o pedido de licença, a não ser para o caso de terem as praças que tomar logar em vehiculos de condução publica, na frente de seu superior, por falta de outro.

Estabelece-se também como obrigação para as praças quando embarcam nos bonds, auto-omnibus, etc., tomarem logar na metade de traz, mesmo que não haja superior no vehiculo. E ainda «se o superior não achar logar cede-lhe o seu».

No art. 17 harmonizam-se as conveniencias do serviço e as necessidades da cortezia do militar no caso de entrada em dependencias de trabalho.

No art. 18 estabelece-se a conducta quanto á attitudo entre militares que se falam: posição de sentido, levar a mão á cobertura e baixal-a; excepção: se uma praça fala a um official ella conserva a mão na cobertura. O que o R. ali não fez é que o official pode mandar baixar a mão, mas isso é intuitivo.

Quando dos dois militares que se falam o mais graduado está a pé e é official, o menos graduado sempre apêa (mesmo que também seja official), salvo si estiver armado de lança.

Mas, por exemplo, um soldado a cavallo, para falar a um sargento que esteja a pé, fica montado.

Como regra nova, de utilidade pratica, vem esta passagem: «E se o encontro com o superior se dá fóra da cidade, povoação ou bivaque, o militar lhe communica quem é, de onde vem e onde vae».

No art. 19 regulamenta-se a conducta do soldado que seja chamado por um superior.

No art. 20 regulamenta-se a prestação do signal de respeito no interior do quartel ou nos bivouacs, etc. Nem é preciso estarem a toda hora a fazer continência, nem é admissível também a indifferença completa.

Adopta-se, finalmente, a saudação verbal, excellente meio de traduzir maior affinidade entre o official e o soldado.

No art. 22 define-se a conducta no caso do militar ouvir o Hymno Nacional.

No art. 23 appareceu implicito o principio de que o militar á frente de tropa é superior também dos de graduação igual á sua, desde que estejam isolados.

No art. 25 dá-se uma solução geral para o caso do militar armado, isolado: continua com a arma como estava, só não faz o gesto da mão, salvo se estiver com a espada (ou sabre facão) embainhada.

No art. 26 precisa-se a conducta do official armado de espada quando falar e um superior: occorreu um erro no fim do art., consequencia de ter sido adoptado o R. A. B. quando já estava prompto o projecto do R. Cont., 2.^a edição; em vez de «se estiver á pé segura-a pelo punho (vide R. A. B.)», deve ser, se estiver á pé segura-a como prescreve o R. A. B. (127).

No art. 30 estabelece-se que os edtes. de unidades só tem o signal de corneta no seu quartel.

No art. 31, tratando-se da continência de sentinella descoberta, está *adado o mais*, como no n.^o 11. Quer dizer: attitudo, encerrar, distancia e duração, como na continência individual do soldado desarmado.

No art. 32 fica eliminado o *brado d'armas* para continência, mesmo quando não haja comunicação electrica, ou outra, com o corpo da guarda. D'ahi a redacção mais curta, mais forte, mais pratica, do art. 33: «As sentinellas só chamarão *das armas* em caso de alarme».

No mesmo 32 estabelece-se que a guarda só forma em continência para o edte. do corpo, seja qual for sua graduação, e para o fiscal se for tenente coronel.

(Continua)

Razões porque deve ser adoptado o systema «Morse» no novo I. S.

Olhando de um ponto de vista alto e portanto com horizonte maior, abrangendo o conjuncto, não nos apegando só ao que está feito e com coragem para abandonarmos o conservatorismo *d'ou-trance*, essas razões são:

1.^a — «Essa adopção vem uniformisar a linguagem telegraphica no Exercito.»

Indubitavelmente isto é um *desideratum* a attingir, pois tudo que é uniforme é mais facil, mais simples e só o que é simples na guerra facilita o exito.

2.^a — «O alphabeto «Morse» é mais facil

de aprender que o actual do nosso I. S.» (*)

E' evidente que as combinações do ponto e do traço do «Morse», para a formação das lettras, são mais faceis (*) que essa formação pelo nosso actual I. S. com suas regras de inversão, preestabelecimento dos varios grupos de lettras, repetição mental de varias lettras de um grupo para se interpretar, como transmittida ou recebida, a ultima, etc., cousas essas mais ou menos complexas, *encombrantes* para o espirito da massa geral dos instruendos.

3.^a — «Um soldado instruido para signaleiro, desde que se adopte o systema «Morse», fica apto a ler com facilidade uma fita telegraphica commum, a receber ou transmittir um radiotelegramma, pois o alphabeto ahi usado será então o mesmo que aprendeu quando fez sua instrucção de signaleiros.

4.^a — «A transmissão «Morse» é muito menos fatigante que a do I. S. actual.»

E' claro que o pequeno movimento feito pela mão, calcando um manipulador para produzir o ponto e o traço «Morse», opticos, é muito menos cançativo que os movimentos largos dos braços que exigem o nosso actual I. S.

5.^a — «Nosso actual I. S., quanto aos signaes á noute, tem pontos muito criticaveis.»

Realmente, ha causas de confusão, intelligencia, inxequibilidade no estenderem-se as regras para o manejo das bandeiras ao das lanternas, pois difficil, se não impossivel, é distinguir-se uma cor de outra da luz das lanternas, á noute, desde que a distancia seja maior de 600m a 800m.

Tanto isto é verdade que no Curso de Aperfeicoamento de Infantaria houve necessidade de usar-se uma terceira lanterna para ponto de referencia, afim de saber-se qual o braço que mantinha elevada uma das lanternas enquanto o outro fazia a signalisação.

6.^a — «No ponto de vista technico-electrico do fabrico e consumo de pilhas para as lanternas electricas, o systema «Morse» de signaes facilita sobremaneira a *economia*, pois que todas as pilhas usadas n'essas lanternas e d'entre estas as fabricadas por nós no Arsenal, são mais proprias a trabalhos intermitentes que con-

N. da R. — Tenha paciencia o nosso distincto collaborador: tudo, menos isso!

nuo (por permittir aquelle trabalho intermittente operar-se a *recuperação*, de que ellas necessitam, nos pequenos intervallos de descanso entre os fechamentos de circuitos); a vida útil d'esses elementos de energia fica n'esse regimen intermittente augmentada de mais de 1/3 do que teriam elles em trabalho continuo, sem *recuperação*.

Além d'essas vantagens de ordem tecnico-economicas, temos a accrescentar vantagem economica evidente de obter-se o mesmo fim — transmittir e receber signaes — gastando menos energia que com o actual systema entre nós, que é de luz permanente; podemos dizer, com practica que hoje temos do manuseio d'esse material, que é mesmo uma das razões do pouco exercitamento de signalisação á noite pelos corpos de tropas o facto das pilhas seccas, que são ainda caras, gastarem-se muito rapidamente em circuito fechado, *permanentemente*, por horas nos exercicios.

Prevendo que o bom senso fará adoptar o systema «Morse» para o nosso I. S., estou fabricando no Arsenal de Guerra para fornecimento aos Corpos, lanternas electricas robustas com dispositivo para obter-se luz intermittente por intermedio de um pequeno manipulador, podendo ser tambem obtida luz permanente por uma rotação dada na maneta do manipulador, isto para attender-se ao emprego que se possa precisar fazer d'ella, para illuminar um caminho, por exemplo, assim como para servir obedecendo-se ás prescripções do nosso actual I. S.

7.^a — «A signalisação de dia pelo systema «Morse», optico, é perfeitamente possível e evita mais confusões que o actual I. S. em que se empregam bandeiras.»

Se abandonarmos as bandeiras comoapparelhos de signalisação e usarmos um pequeno apparelho que garanta mais a visibilidade, mesmo em caso de vento forte (o que com as actuaes bandeiras não se obtem), conseguiremos esse *desideratum*.

Esse apparelho, que occupa mais ou menos os mesmos volume e peso que as actuaes bandeiras, compõe-se de um disco rigidissimo, branco ou vermelho (mutavel para attender-se aos fundos onde se vae operar), que fica com seu plano perpendicular á frente da estação com a qual se corresponde o posto, quando não se envia signal

algun, ficando assim invisivel para o correspondente e paralelo á frente d'essa estação, com maior ou menor demora, conforme se envie um traço ou um ponto luminoso das letras do alphabeto «Morse»; a actuação para tal obter-se é feita por meio de um manipulador pequeno, exigindo apenas movimentos da mão do operador, calcando a maneta do manipulador.

O fabrico do apparelho no Arsenal de Guerra é muito facil e barato; d'elle apresentarei á commissão que fôr encarregada de comparar os systemas, modêlos a serem experimentados.

Assim ficam dadas as razões, encaradas todas as faces das vantagens, para a adopção do systema «Morse» optico, no nosso novo I. S.

E' bom repetirem-se bem os raciocinios, os informes; que surja a discussão, mas lembremo-nos sempre que signalisação regimental é *ligação*, que ligação é informação e ordem para acção tambem, que é *coordenação* de movimentos, sem a qual não ha efficiencia no esforço e, mais, lembremo-nos que só o que é simples vence na guerra, d'onde não ha necessidade de complicar-se, com modos diversos de *expressão*, aquillo que, no fundo, é sempre o mesmo — a *ligação*.

Capital Federal, 14 de Novembro de 1919.

Cap. Flavio Q. Nascimento.

R. T. I.

(2.^a edição — continuação)

N.^o 98. — Embora estabeleça este numero que os tiros de combate podem ter lugar em todas as estações do anno, uma nota que lhe vem appensa, particularisa a generalidade do principio. Segundo esta nota os tiros de combate «devem ser iniciados o mais tardar com o periodo de companhia, de modo que no exame respectivo esta unidade já esteja em condições de ser submettida a uma prova até o tiro de esquadra». Isto quer dizer que até esse exame a companhia já deve ter exercitado até o tiro de esquadra inclusive.

A addição da nota referida era necessaria; ella se impôz, uma vez observado que o principio acima não tinha sido na tropa convenientemente comprehendido. Effectivamente, mesmo aqui na Capital Federal, onde a instrucção obteve maior desenvolvimento, o tiro de combate foi sempre feito, em todas as suas gradações, apressadamente e nos ultimos dias do anno, geralmente no pequeno periodo de quinze dias.

Os corpos não executavam um curso normal de tiro, na forma que o regulamento estabelece.

alguns commandantes se julgavam mesmo satisfeitos com a realização de um único exercício de cada categoria.

Ora, não é isto, certamente, o que em rigor chama tiro de combate, e daí o facto de, hoje, taes exercícios entre nós muito pouco rem deixado em ensinamentos.

Os tiros de combate não encaram como objectivo principal a obtenção do maior numero de impactos, mas sim, o exame das causas determinantes das variações nos diferentes resultados alcançados. Certamente só estudando estas causas será possível encaminhar a instrução com uma orientação proveitosa. E não será com exercícios feitos apressadamente, sem o tempo necessário a um exame minucioso de seus condições e de seus resultados, que se colherão ensinamentos capazes de um real aproveitamento da tropa. Os tiros de caracter individual podem ser começados até mesmo no periodo de recrutamento, uma vez que nelles só tomem parte as unidades consideradas promptas.

Assim, a nota alludida prescrevendo que os tiros de combate tenham começo o mais tardar em o periodo de companhia, não só obriga quem se iniciem cedo, como evita qualquer prejuizo relativo á questão de tempo. E' de esperar, portanto, que não mais se veja articular a justificativa dessa ordem: «a instrução de tiro não teve o seu completo desenvolvimento devido a escassez de tempo, á gripe, etc.». E as «dictivas», estabelecendo nos exames de companhia uma prova obrigatória de tiro de combate até a esquadra inclusive, não tiveram em vista, antecipando-se á 2.^a edição do R. T. I., não pôr em pratica essa exigencia do regulamento.

N.º 131. — Adoptou-se no exemplo deste numero a linguagem mais apropriada ás exigencias do combate. Effectivamente, a noção de metro não pratica em taes situações e só os recursos de casado (largura de mão, dedos, etc.) têm applicação. O mesmo se observou no exemplo do N.º 132. E' bom agora que se não veja nestes exemplos equivalencia nas suas indicações; teve apenas em vista o estabelecimento de uma linguagem mais apropriada, como já se disse.

N.º 141. — Este numero define agora, precisamente, quaes os homens que são ou não obrigados á execução dos tiros de combate. Verifica-se por elle que os sargentos só devem ser instruídos na direcção de unidades (está comprehendido que não se trata dos sargentos que em funções especiaes), porque é de supôr que tenham passado por todos os degraus dessa instrução. Os cabos só são obrigados á execução dos de preparação e de esquadra.

Dos que são obrigados póde o commandante da companhia deixar de levar alguns homens, em termos da nota deste numero.

Os corneteiros e tambores têm funções especiaes no combate; o tiro de instrução basta para os casos em que tenham de tomar parte no fogo.

A precisão estabelecida neste numero faz desaparecer a duvida a que davam lugar alguns numeros da antiga edição; duvida aliás inintelligivel, porquanto a autoridade de que gozam os commandantes não lhes permite mais o direito de consultar em cousas de tão pequena monta. No caso de duvida resolve-se, dá-se ordem, communicando-se a quem compete a reso-

lução tomada. Amor á responsabilidade e nada de temor! Certamente não dão attestado de capacidade de commando os que tudo resolvam por consultas.

N.º 145. — Segundo este numero a organização dos themas deve ter em vista uma execução compativel com a quantidade dos cartuchos disponiveis.

Para os que se dedicam ás divagações do calculo, esta questão tem baixado a detalhes que chegam ao extremo. Não é preciso tanto; porque se por um lado um consumo de cartuchos sem resultado correspondente significa um desperdicio de forças, por outro, é preciso não esquecer que «para attingir o fim de um combate não se hesitará em consumir todos os cartuchos necessarios» (n.º 119).

Tudo depende, portanto, de criterio em julgar as situações particulares de cada exercício, e que não é de boa pratica uma critica severa, que tenha como objectivo assignalar um gasto para mais ou para menos de meia duzia de cartuchos. Só o intuito condemnavel das comparações entre unidades, para que todas executem os seus tiros debaixo de condições rigorosamente iguaes, justifica precisões de caracter tão absoluto.

«Os themas para os tiros de combate não consistirão apenas em um problema tecnico, mas encerrarão sempre uma idéa tactica» e «na apreciação do resultado (n.º 148) do tiro deve-se attender antes de tudo á a conducta da tropa no ponto de vista da tactica, da direcção e da disciplina do fogo».

Nestas condições, não é tambem recommendavel a preocupação em fazer com que todas as unidades executem seus tiros de combate em situações absolutamente identicas (mesmos themas e distancias, mesmos objectivos com os mesmos intervallos, igual numero de cartuchos, etc.). Muito menos se justificam as comparações (classificações) entre unidades pelos simples resultados de seus tiros.

Neste particular, o que se deve fazer é comparar cada unidade com os preceitos dos regulamentos, isto é, o que os regulamentos recommendam. Só uma comparação dessa natureza permittirá avaliar do gráo de instrução de cada unidade: (†)

A comparação entre unidades só se justifica quando se tem em vista, exclusivamente, o resultado dos «tiros». Quando, porém, se procura apurar o conjunto de toda a instrução tactica que o exercício permittir, é absurda e injusta qualquer classificação.

Em geral, os partidarios dessas classificações recorrem á autoridade do general Rohne para justificar-as, esquecendo-se todos, porém, que é o próprio Rohne quem diz «que no tiro de combate o objectivo da instrução não deve ser a grande % de impactos, mas obter um effecto sufficiente».

Ora, esse effecto não se obtém sómente pelo tiro; muito concorre tambem a conducta da tropa no terreno. E' por isso que «essa expressão % só serve para comparar «tiros» realisados em condições iguaes».

(†) Muito de proposito encaminhei neste sentido o presente comm nário, exactamente para assignalar a orientação visivelmente errada que se tem dado no julgamento dos nossos exercicios de tiros de combate.

Segundo esse critério de classificações, seria injusto, por exemplo, collocar em primeiro lugar uma unidade que teve bom resultado de tiro, mas que se conduziu mal no terreno e teve a probabilidade de chegar á posição de fogo com seu effectivo reduzido, em face de uma outra que apesar de ter apresentado menor rendimento no tiro, chegou, todavia, visto ter-se bem conduzido, á mesma posição com seu primitivo effectivo.

Quando apenas se tem em vista apurar o resultado dos «tiros» as outras considerações de ordem tactica devem ser postas de lado; as fracções que vão atirar devem ser dispostas em situações rigorosamente iguaes. Neste caso não ha necessidade de fazer preceder o «tiro» com aparatos de themas, e trabalhos de approximação; basta que os homens, para não se fatigarem e possam apresentar um resultado brilhante, impressionador, sejam desde o início dispostos na posição em que vão romper o fogo.

Mas este apuro é exactamente o menos importante, porquanto o que propriamente se procura é uma instrução tactica perfeita, onde tudo influe para o resultado final do tiro: fadiga, commando, disciplina, conducta, estado moral, etc., factores estes que só são levados em conta pelos que não têm preocupação de parecer aos outros efficientes.

Não é, portanto, sem fundamento que a nova edição do R. T. prohibe no n. 130 que se estabeleçam «comparações baseadas apenas nos resultados», isto é, comparações «absolutas» entre unidades, levando sómente em conta o resultado dos tiros. Certamente esta prohibição é só para os effectos da instrução, porquanto será sempre muito difficil nos concursos de tiro colectivo fazer um julgamento seguro, quando além do resultado do tiro se é obrigado a comparar factos de ordem muito mais complexa.

* * *

Embora os nossos commentarios se refiram mais ás alterações que foram introduzidas com a nova edição do R. T. I., como vem aproveitar a oportunidade e submeter a considerações alguns pontos do regulamento que não têm conseguido marcar na tropa uma reflexão mais ponderada. Tal é o que se segue nas ultimas linhas de hoje.

N.º 147.—Diz esse numero que na pratica, devido á escassez de munição, «nunca será possível o desenvolvimento completo de uma acção de infantaria; em geral, figurar-se-ão phases de combate».

Os officiaes que dirigem os tiros de combate ficam, em geral, satisfeitos exigindo o em uma unica posição; preferem, ás vezes, fazer deslocamento de alvos a obrigar a que os atiradores executem, no mesmo exercicio, tiros em mais de uma situação. Emfim, preferem nunca levar o exercicio a mais de uma de suas phases.

Certamente que nunca se deym executar todas as phases de um combate, mas tambem que se não limitem os exercicios a uma unica.

A proposito disto apenas lembro, como exemplo, a leitura de uma noticia sobre tiros de combate, na Argentina, noticia esta, transcripta pelo Boletim Mensal do nosso Estado Maior.

* * *

Não convem deixar em silencio a interessantissima questão da «progressão» a observar na execução dos tiros de combate. A razão desse commentario é o facto de algumas unidades terem iniciado os tiros de combate com os tiros chamados de «exame», com a agravante ainda desses tiros terem sido feitos com companhias e esquadrões, não se tendo, assim, levado em conta o que diz o R. T. relativamente á «progressão dos tiros de combate» (n. 100).

Não é isto, certamente. Se essas unidades iam pela primeira vez, no anno, executar o tiro de combate, este só podia ser o de «preparação».

O «tiro de exame» não quer dizer que só pode ter lugar com esquadrão ou companhia. Elle deve ser realisado com a maior unidade que na época do exame já tinha passado por uma prova de tiro que lhe corresponda. E não será certamente por isso que os commandantes deixarão de impressionar (168) a instrução de tiro de combate de suas unidades (companhias e esquadrões), o que, aliás, deve ser feito, mesmo no correr de todo o curso de tiro.

Agora o que se deve dar é o seguinte: a instrução sendo conduzida normalmente, na época dos tiros de exame, estes tiros devem ser feitos por companhia e esquadrão. Se por qualquer circumstancia uma tal normalidade não tenha sido conseguida e o tiro de exame só pôde ter lugar com unidades inferiores á companhia, responderão então perante ás autoridades superiores os immediatamente responsaveis pela execução normal dos exercicios de tiro de combate (commandantes de companhia, de batalhão, etc.); ás autoridades superiores resta acceitar ou não as justificativas apresentadas.

O que em hypothese alguma se deve permittir, é um tiro de combate com um typo de unidade sem o respeito devido á «natural» e «regulamentar» progressão da instrução. (1)

* * *

Finalmente, reflecta-se um pouco sobre o que na pratica dos tiros de combate se tem observado nos corpos de cavallaria.

Um esquadrão nunca entra em fogo com todos os seus homens ao mesmo tempo. Elle é obrigado, em combate, a reservar uma parte delles para tomarem conta de seus animais. Mas o R. T. C. falla em tiro de esquadrão. E' preciso, então, evitar confusão sobre aquella prescripção tactica da arma.

O tiro de esquadrão devia realisar-se, tomando parte no fogo sómente um certo numero de homens; o thema devia impôr-lhe esta situação. Como, porém, para a instrução é vantajoso que todos os homens sejam obrigados a tomar parte no fogo, só se deve deixar para a segurança dos animais um numero muito reduzido de homens ou mesmo tiral-os de outras unidades. Estes homens figurarão, então, a parte do esquadrão destinada a esse fim, não devendo o thema respectivo deixar de fazer referencia a essa particularidade.

Na infantaria esta exigencia não é necessaria, vista a possibilidade dos apoios serem tambem levados á posição de fogo. Cumpre apenas observar, infelizmente, que não se viu ainda nesta arma

(1) Todas estas considerações são applicaveis ao tiro de esquadra exigido pelas directivas.

tema para companhia que não «obrigasse» unidade a entrar em fogo, com todos os seus homens ao mesmo tempo; o que é um erro, porque essa obrigação importa em uma forma tática e leva os commandantes a empregarem seus pelotões sem o respeito imposto pela tática em que se acharem collocados (67). O emprego dos pelotões no combate é uma das responsabilidades da companhia; o respeito das companhias incumbe aos commandantes de batalhão.

1. Tenente *Barbosa Monteiro*

Fuzis-metralhadoras Madsen

Os nossos corpos de tropas serão dispostos brevemente e de accordo com a legislação em vigor os novos fuzis-metralhadoras Madsen que acabam de chegar da Europa.

Recomendação feita pelo nosso governo durante da guerra, que ensanguentou o velho mundo pelo espaço de dois annos, somente agora pode ser feita.

As opiniões a respeito das qualidades das armas desse fuzil, são contradictórias, há quem o mesmo quem o condemne, baseado nas observações da ultima guerra.

Eu tenho elementos proprios para formar um juizo consciencioso sobre a arma em questão, mas o que tenho visto, como resultado das experiencias que estão sendo feitas, leva-me a crer que se trata de uma excelente arma, que habilmente empregada poderá produzir resultados apreciaveis, muito concorrendo para o aumento efficaz dos fogos da infantaria.

Conta-se que na guerra russo-japonesa com o d'essas machinas fizeram estacar o mesmo recuar um regimento inteiro! Creditamos n'essa possibilidade, mas isso será necessaria uma educação especialissima do operador.

A felicidade do Exercito Nacional, ao ser victoriosa no Congresso a ideia de serviço militar por dois annos para as armas.

Nesse tempo sempre se me affigurou que era sufficiente para o preparo profissional de um bom reservista de qualquer idade, com redobrada razão, tratando-se de um engenho que demanda qualidades físicas de força, actividade e sangue para que d'elle se possa colher todo o proveito que é susceptivel de dar e com o menor dispendio.

Como machina, acho o fuzil-metralhadora Madsen um primor de mechanica.

Relativamente simples e resistentes, suas peças se comportam admiravelmente bem.

Tive occasião de observar que, após dez mil disparos com uma mesma arma e com um mesmo cano, tendo este sofrido modificações consideraveis, em seu raizamento, as demais peças apresentavam apenas ligeiros signaes de terem sido utilizadas.

Cabe aqui uma judiciosa observação feita na occasião de uma das experiencias.

Antes de quatro mil tiros, já o cano apresentava visiveis signaes de desgastamento das raiz, diminuindo desde então a justeza da arma e começando a apparecerem os impactos de costado.

Como, porém, o representante da fabrica assegura para cada cano uma vida precisa para cinco mil tiros, surgiu a ideia de que a camisa dos nossos projectis ponteados seja constituida por metal muito duro, concorrendo assim para a rapida usura do raizamento dos canos, o que não se verificava tão depressa com o emprego da antiga camisa de mailleshort da bala cylindro-ogival.

Esse modo de ver parece corroborado pelo rapido descalibramento que se verifica nas nossas Mauser, quando em uso para exercicios de tiro.

Seria de desejar que a Directoria do Material Bellico tomasse a peito essa verificação, que tanta economia traria para o nosso aprestamento militar, no caso de ficar provada a necessidade de tornar mais branda a camisa dos projectis.

Comparado ao nosso fuzil Mauser, o fuzil-metralhadora Madsen apresenta um inconveniente de nota, — o peso, que ainda nas proximidades dos 10 kilogrammas.

Atira como o fuzil de tiro simples; atira automaticamente; pode interromper o tiro automatico á vontade do atirador, continuando-o logo que este o desejar e sem preparação especial, bastando cessar a pressão no gatilho ou comprimi-lo novamente; seus carregadores são de vinte cinco cartuchos, e rapido e simples é o modo de os substituir; pode dar trezentos tiros por minuto; pode ser manejado por um só homem, o qual sendo habil poderá d'elle tirar o mesmo proveito conseguido pela metralhadora Maxim; dotado de dois canos de combate, pode atirar continuamente até o limite da vida d'esses dois

canos, pois enquanto um d'elles é empregado, o outro pôde estar sendo resfriado, para a substituição, etc.

Ouvimos dizer que na guerra russo-japoneza uma d'essas machinas deu trinta e dois mil tiros, naturalmente com o emprego de mais de dois canos.

O inconveniente do peso é para mim a unica desvantagem d'essa arma, por tornal-a de difficil manejo, sem apoio.

E creio ser baseado n'isso que os oppositores ao seu uso no Exercito encontram o maior fundamento.

De facto, o seu aproveitamento como fuzil demanda força physica não commum, exigencia essa que se torna mais sensivel no emprego como metralhadora, sem apoio.

E' verdade que o apoio da extremidade do cano facilita o tiro automatico e estabilisa a direcção do tiro, mas tira ao fuzil a vantagem de metralhadora, pois, embora os disparos se succedam com a rapidez d'essa arma, não é menos exacto que o cano apoiado difficulta a ceifa, uma das propriedades importantes da metralhadora.

Além d'isso, a trepidação no hombro do atirador, tira-lhe o socego para imprimir ao feixe de trajetorias uma conveniente direcção.

Pôde-se mesmo dizer que no commum dos casos a arma agirá apenas n'uma direcção.

No entanto, um operador de escôl poderá eliminar todos esses inconvenientes e o fuzil-metralhadora em sua mão se tornará um engenho temivel.

Para o transporte, o inconveniente do peso é quasi nullo.

Vimos um infante, após alguns kilometros de percurso, não se queixar de inconveniente algum na condução d'esse fuzil, embora o revestimento de sóla, preservativo das costas do conductor estivesse esfolado e com signaes evidentes de que se estragara depressa, a continuar a marcha. Poder-se-ia sanar esse inconveniente collocando o fuzil no cargueiro que transporta a munição, o que permitiria ao operador transportar a sua mochila.

O transporte do fuzil-metralhadora a cavallo é feito com maior facilidade, podendo mesmo o conductor galopar sem o minimo inconveniente.

Além dos canos de combate, cada arma deve ter um cano de exercicio, o que é

muito conveniente, para evitar o estrago d'aquelles na instrução do fogo automatico.

Infelizmente, porém, a encomenda feita não previu essa necessidade, de modo que vieram apenas alguns como amostras.

O mesmo aconteceu com os carregadores que não foram encomendados, tendo vindo apenas cem, por conta do representante.

E' verdade que canos e carregadores podem ser feitos no nosso Arsenal de Guerra, mas seria melhor que tudo já estivesse prompto, pois além da economia de tempo, acho problematica a economia na confecção.

Recebemos tambem alguns typos de fuzis-metralhadoras para aeroplanos.

Seu emprego em aviões dará um resultado excellente, atirando contra columnas, pois a ceifa resultará do proprio movimento do aparelho voador.

Fazemos votos para que todas essas armas de repetição automatica sejam distribuidas o mais depressa possivel aos nossos corpos de tropa, afim de que sua difficil e especial aprendizagem comece a ser feita desde já.

Dezembro de 1919.

Cap. A. Miranda.

Da Província

..... Realisaram-se os chamados grandes exercicios de cavallaria. Quanta decepção tivemos e quanta tristeza, ao contemplarmos as provas bem evidentes, bem nias, de que a cavallaria não tem chefes!

A maior parte dos erros, aquelles que mais prejudicaram o Exercito e que sob o ponto de vista moral nos tiram o orgulho de pertencer á arma legendaria e que para o Brazil serão um escarneio si forem analysados por estrangeiros, têm sua origem na inexperiencia, na pouca disciplina dos officiaes, na falta de quem tivesse autoridade moral para resolver, em algumas unidades. Mas tambem era completa a ausencia dos officiaes de merecimento, desse merecimento que ahí é tão fallado e que não sahe de alguns picadeiros e dos raros exames de esquadraõ que com honestidade ahí se podem applaudir.

Ao contemplar certos desastres em que os regulamentos foram inteiramente esquecidos, vendo que não se aproveitam as qualidades extraordinarias desta gente gaúcha, inextinguível em desembaraço e gosto para a cavallaria, relembraõ as lutas estereis que têm prendido os meus companheiros de arma, eu só encontro consolo nos nossos antepassados que desconheciam as filias e amavam a abnegação, a responsabilidade e a experiencia.

resto aqui a regra foi: cada um faça o *quadrado*, como *soubêr*. E' pena que os camatões sensíveis a certas partes da instrução arma não viessem doutrinar aqui, ajudando substituindo os **tenentes que commandam regimento**, verificando que com *isso hespanhol, a varinha e a educação de dois cavallos* que raramente servem ao **ito, nossa cavallaria vae aguas a** o.

se pôde, com justiça, culpar os officiaes qui procuram cumprir o seu dever. Com os inferiores, sem chefes que ensinam, conta em degredo para os officiaes considerem merecimento, com menos da quarta da officialidade necessaria e com os poucos aqui vêm, convencidos de que só tem o quem pode pedir em casa dos generaes *hibir-se no Rio, não é possível exigir exerce maior envergadura* que os até hoje feiela cavallaria considerada de elite, onde concentrados os officiaes de merecimen-

as autoridades quizerem aproveitar os exerceitos e principalmente os erros que foram feitos, para com elles concluir as proprias indispensaveis para reconstituir a nossa artilha tristemente destruida e provadamente ível, abençoaremos as manobras e as ver-s por que passamos.

commandante depois de um dia de marcha peor prova de que tivemos noticia. pensava poder applicar aqui os seus conhecimentos da «Avenida» e baqueou desanimado, ido a não continuar a marcha, dizendo que chegaríamos a destino. Fomos a... e des-narchamos para o Saycan.

es de doente surgiram numa coincidência que certamente prenderá a atenção do go-

mento á cavallada e ao arreiamento os pre-não serão pequenos. Com mais tempo «A» receberá outras noticias documentadas. pena de transmittir o meu desanimo a mas o meu intuito é contribuir para que os iludamos...

amento, 25. 12. 19.

manobras resentiram-se de falta de ligação entre a cavallaria e a artilharia como é re-entar.

zmente o pessoal da Brigada é bom e disciplina.

campanha de tiro ao meu ver foi um com-fracasso. Basta dizer-se que só compor-o tiro directo; visto estarmos subordinada pequena extensão e não podermos es-outro local nas **550 quadras do Say-**

gimem uma campanha de tiro deante de ditorio que em altas vozes se manifestava brevidade e criticando! Isto quanto á ria. Quanto á cavallaria foi um verdadeiro re. Destacaram-se dois esquadrões da Bri-Militar. Os esquadrões dos corpos de Exer-ão entraram em posição de accordo com o

regulamento e o rendimento a 500 metros foi **quasi nullo**.

Bagé, 22 de Dezembro de 1919.

«As manobras tiveram a grande virtude de prevenir da verdade e pedir a attenção e a energia das autoridades para o estado das nossas armas montadas.

Si a marcha dos homens teve difficuldades, muito peor se deu com a dos trens regimentaes.

O 15.º R. C. esteve *tres dias* sem contacto com os seus trens e o 11.º R. C. passou mais de 48 horas sem saber onde elles andavam.

E' verdade que o tempo foi mau e que alguns corpos lutaram com a passagem de rios e arroios em más condições.

E' triste porém verificar-se que a experiencia do gaúcho rareia nos commandantes da cavallaria...

S. Maria, 20 de Dezembro de 1919.

NOÇÕES DE TIRO DE METRALHADORAS

Do «Manual do Soldado de Metralhadoras», de Friedrich von Merkatz. Trad. do 1.º Tenente Maciel da Costa.

(Continuação)

8. Tiro contra columnas, estados-maiores, artilharia e cavallaria em movimento

Contra uma columna em movimento, da mesma forma que contra atiradores avançando, não se pode regular o tiro, senão a columna se deita e occulta-se no terreno. O que se deve fazer é bater immediatamente a columna com o fogo de efficacia. Isso se faz com o emprego do fogo com 300 m de profundidade. O emprego do fogo ceifante é o mesmo que para columnas *deitadas*.

Estados-maiores inimigos, patrulhas ou objectivos que se movem lateralmente com rapidez, tambem devem ser immediatamente batidos com o fogo de efficacia; a regulação não é possível em taes casos. O tiro se executa por isso de maneira identica.

Para attingir todas as partes do objectivo, caso este se mova lateralmente com rapidez, deve-se tomar o ponto de visada adiante delle, de accordo com a sua velocidade, porque o projectil para chegar até lá leva alguns segundos e durante este tempo o objectivo se desloca para a frente.

Pela tabella abaixo se vê a que distancia na frente do objectivo se deve tomar o ponto de visada, para attingil-o quando elle se move lateralmente com muita rapidez:

a 500 m de distancia cerca de 10 m na frente
a 1000 m de distancia cerca de 25 m na frente
a 1500 m de distancia cerca de 50 m na frente

E' muito importante, neste caso, levar em conta a influencia do vento. Se o objectivo, por exemplo, se move para a direita e ha vento forte da esquerda para a direita, desviando o projectil para a direita, não é preciso apontar tão adiante. Num outro caso, em que o objectivo se mova tambem para a direita e haja vento forte de direcção contraria, da direita para a esquerda, é preciso apontar mais adiante ainda do que está indicado na tabella.

Quanto ás patrulhas de cavallaria, etc., movendo-se lateralmente, deixa-se que atravessem o feixe. Para isso, escolhe-se o ponto visada

adiante do objectivo e vae-se ao encontro deste empregando, ao mesmo tempo, o fogo com uma profundidade de 200 ou 300 m, até que a linha de visada fique atrás do objectivo. Toma-se então o ponto de visada outra vez adiante do objectivo e deixa-se este atravessar o feixe. Repete-se o processo tantas vezes quantas for possível.

No tiro contra artilharia e cavallaria movendo-se lateralmente, só a secção que está do lado para o qual o objectivo se move escolhe o ponto de visada adiante delle; as outras secções, independentemente de commando, repartem o fogo sem rigor por sectores de secção, mas devem tomar também para os seus sectores pontos de visada adiante delles.

Vozes de commando no fogo contra:

1. Columnas em movimento.

Commandante da companhia:

Em frente columna! — — — Alça 1700! —

3 voltas! — Toda a companhia atira para todo o objectivo! — — — Attenção! — Tiro continuo!

2. Artilharia passando lateralmente.

Commandante da companhia:

Em frente artilharia passando! — — — Alça

1600! — 3 voltas! — Apontar tres comprimentos de peça adiante! — — — Attenção! — Tiro continuo!

9. Tiro contra cavallaria avançando

Com a alça 700 o projectil se eleva:

« 100 m 0,70 m	} ramo ascendente
» 200 » 1,25 »	
» 300 » 1,63 »	
» 400 » 1,75 »	} ordenada maxima
» 500 » 1,25 »	
» 600 » 1, — »	
» 700 » 0, — »	} ramo descendente

Um cavalleiro avançando por essa trajetória seria attingido a qualquer distancia, porque a sua altura é um pouco maior que 2 m. (*)

Contra a cavallaria avançando, pode-se, pois, considerar a alça 700 como alça-limite, porque d'ahi para baixo não ha mais necessidade de mudar de alça. Também será neste caso muito vantajoso o emprego do fogo com profundidade de 100 a 200 m, afim de compensar os erros de pontaria e bater ao mesmo tempo os escalões da retaguarda.

A's maiores distancias, para bater fracções de cavallaria procede-se exactamente como se fossem columnas.

Vozes de commando no fogo contra cavallaria avançando: 1. Distancia media.

Commandante do grupo:

Em frente cavallaria avançando! — — — Alça 1000! — Dupla volta! — Attenção! — — — Tiro continuo!

2. Pequena distancia.

Commandante do grupo: (**)

Em frente cavallaria avançando! — Alça 700! — — — Attenção! — Tiro continuo!

(*) Com o nosso armamento, a trajetória correspondente é de 800 m. Neila o projectil se eleva:

« 100 m 0,71 m	} ramo ascendente
» 200 » 1,29 »	
» 300 » 1,72 »	
» 400 » 1,94 »	} ordenada maxima
» 500 » 1,86 »	
» 600 » 1,94 »	
» 700 » 1,68 »	} ramo descendente
» 800 » 1,03 »	
» 900 » 0, — »	

(**) Grupo de metralhadoras — 6 peças — Todo o pessoal a cavallo ou em viaturas. O grupo faz parte das divisões de cavallaria.

Notas do traductor.

(Continúa)

Orçamento e fixação de forças

Conforme previramos em nossos editoriaes dos n.ºs 76 e 77, a lei do orçamento para 1920 e a que fixa as forças de terra para o mesmo anno apresentam vantagens sobre as dos annos anteriores.

Essas vantagens não se resumem só na melhoria de algumas dotações e na amplitude das autorisações que permitem uma administração mais productiva; ellas consistem mais na redução *relativa* das caudas tão perniciosas e na preponderancia de idéas boas, justas ou justificaveis.

Especialmente a Camara dos Deputados manteve-se de um modo que merece bastante a attenção dos nossos camaradas digamos mesmo, o reconhecimento do Exercito.

Certamente o Executivo não faltou com a sua inspiração e talvez lhe toque uma boa parte dos nossos applausos; importa porém salientar que o Congresso ouviu as boas razões e isso não é pouco.

No corrente anno não devemos nos queixar do Congresso, porque a redução dos effectivos foi corrigida por uma autorisação e alguns artigos criticaveis que ficaram, podem ser levados á conta da necessidade que alguns legisladores sentiam de garantir, para essas leis, certos caracteristicos da época e uma determinada sequencia...

Escola de Pelotão de Cavallaria

Programa de instrução elaborado para os pelotões do esquadrão de cavallaria da Escola Militar.

I — EXERCICIOS PRELIMINARES

a) Trabalhos sobre grandes linhas (art. 153 e 154 do R. Eq.).

b) Preparação dos homens e dos cavallos para a carga.

c) Constituição do pelotão; sua formação em batalha, em uma e duas fileiras. Contacto, alinhamento. Entrar rapidamente em batalha e sahir de forma. Montar e apeiar em batalha.

II — EXERCICIOS DE EVOLUÇÃO

1) Exercicios sem vozes de commando:

a) Marcha em batalha, em uma e duas fileiras, á retaguarda de um guia que toma diferentes andaduras e direcções.

b) Os mesmos exercicios, o pelotão em columna por 4 e por 2.

c) Mudanças de direcção de marcha e mudanças de andaduras por signaes.

2) *Marchas em direcções determinadas* (commandante do pelotão enuncia as direcções por pontos no terreno).

3) Execução de marchas longas sobre ponto fixo, nas diferentes andaduras, batalha e em columna.

4) Idem, sobre um ponto movel.

5) Idem, mudando varias vezes de objectivo.

6) Idem, accelerando progressivamente andaduras, isto é, passando do passo ao trote, deste ao galope e depois alargando galope até o galope de carga.

7) Marcha obliqua, em batalha e em columna.

8) Passagem de obstaculos; marchas terrenos difficeis.

9) *Passagem de uma formação a outra.*

10) Ruptura por 2 e por 4; desenvolvimento em batalha. Regras concernentes andaduras e direcção de marcha.

11) Conversões e mudanças de direcção trozes de commando.

12) Passagem da columna á batalha e vice-versa, por conversão dos grupos de 2 e 4 cavalleiros.

13) Formação e marcha em forrageadores; refazer a formação em batalha.

— EXERCICIOS DE COMBATE A CAVALLO

1) Marcha de aproximação. Carga em batalha, em uma e duas fileiras. Reunir. Recuação. Retirada.

2) Desenvolvimento em forrageadores, trote na direcção de marcha, como á esquerda (esquerda), ou n'uma direcção obliqua. Carga em forrageadores. Reunir. Retirada.

3) Dispersão do pelotão em esquadras, em intervallos determinados.

4) Exercicios de exploradores de terreno.

5) Dispersão de uma esquadra, lançada á frente, ou n'uma direcção determinada. Esquadra de segurança cobrindo a tropa em marcha.

— EXERCICIOS DE COMBATE A PÉ

1) Marcha de aproximação. Apear para o combate. Designação dos atiradores; formação das esquadras.

2) Collocação dos cavallos de mão. Trilhas de combate.

3) Execução do combate pelo fogo. Salto.

4) Interrupção do combate. Unir. Reunir. A cavallo.

Directivas para o periodo de Escola de Pelotão

1 — EXERCICIOS PRELIMINARES

Duração: 1 semana.

Uniforme e arreamento: completos, mas sem equipamento.

Armamento: Lança, espada e mosquetão do 2.º dia de exercicio em diante.

Formação inicial: batalha em uma ou duas fileiras; frente variavel.

Objectivo: Confirmar o cavallo na marcha em linha recta e habituar o cavalleiro a conduzi-lo com segurança, tomando no terreno pontos de direcção; augmentar seu desembaraço, regular e cadenciar as andaduras. Acostumar os homens com as andaduras vivas, principalmente o galope largo. Ensino do emprego das armas brancas no entrevello e na carga. Acostumar cavallos e cavalleiros a ficarem calmos e silenciosos em forma; perfeita immobildade no alto em batalha. Modo de montar e apear nesta formação.

Recommendações:

Procurar obter a regularidade e cadencia das andaduras, primeiro em um grande rectangulo (art. 154 — R. Eq.), o pelotão por um com distancias de 2 a 4 corpos de cavallo. Desde que seja obtido o galope natural calmo, passar ao galope largo. Entremear o exercicio com frequentes pausas de descanso.

Fazer estes exercicios com a lança «descançada» logo do 2.º dia em diante. Quando a cadencia tenha sido conseguida nas diferentes andaduras, fazer exercicios de molinete e manejo da lança. Simular para o fim a perda da lança, fazendo os homens desembainharem as espadas, com as quaes se exercitarão.

Executar golpes de lança e espada contra objectivos collocados na pista rectangular (art. 95 a 100 do R. A. B.).

Conseguida a perfeita regularidade das andaduras e a segurança no golpe, executar estes exercicios fóra da pista rectangular, em direcções variadas, por homens isolados e depois por grupos de 2 a 4 cavalleiros (Arts. 157 R. Eq. e 102 R. A. B.).

Nos exercicios preparatorios para a carga (arts. 153 R. Eq. e 52 e 101 R. A. B.), o pelotão forma-se em batalha, os cavalleiros sahindo da forma por 1, a grandes distancias, percorrendo em galope de carga uma pista de 60 a 80 metros, onde será collocado um objectivo a lancar (ou golpear com a espada), primeiro nas direcções «em frente, á direita» e «em

frente, á esquerda» e depois «em terra, á direita (carga contra atiradores deitados)». Ver também os arts. de 49 a 51 do R. A. B.

Ensinar também n'esta semana, a constituição do pelotão, sua formação em batalha, papel do cavalleiro centro, numeração do pelotão e modo de perfilar. Fazer o pelotão sahir de forma e entrar rapidamente em batalha nas diferentes andaduras, a pé firme e em marcha. Diferença entre «Reunir!» e «Ao alinhamento!»

Desembaraçar os homens no montar e apeiar e conseguir dos cavallos a mais perfeita calma nestes movimentos. Para isto, fazel-os a principio por tempos, lentamente, acariciando e acalmando os animaes nervosos. Sómente quando os cavallos deixam montar e apeiar parado, é que se começa a procurar rapidez na execução destes movimentos. Esta execução só será perfeita quando o pelotão não perder a formação. Uma vez montados, procurar o alinhamento pela direita, sem voz de commando. Fazer também este exercicio por signaes.

II — EXERCICIOS DE EVOLUÇÕES

Duração: 1 semana.

Uniforme e arreamento: como para os exercicios preliminares.

Armamento: idem.

Formação inicial: batalha em duas fileiras, frente variavel. Exigir immobildade desde o primeiro dia.

Objectivo: Obter a mais perfeita ligação da tropa ao chefe, quer em batalha, quer em columna. Habituar os homens com os commandos por signaes. Assegurar a direcção de marcha sobre pontos fixos e moveis e as mudanças de pontos de direcção. Conseguir o augmento progressivo das andaduras para o ataque e a mais perfeita ordem nas passagens de formação, deslocamentos obliquos e mudanças de direcção de marcha. Emfim, dar ao pelotão cohesão, flexibilidade e elasticidade, de modo a assegurar a sua efficacia no combate e preparal-o para os movimentos no ambito do esquadrão.

Recommendações:

Exigir desde o começo que os homens olhem na direcção de marcha. Para isto, prohibir terminantemente que o alinhamento seja procurado olhando á direita ou esquerda. Cada cavalleiro deve poder dizer, em cada momento, qual o seu ponto de direcção.

Não deixar o pelotão perder a cohesão. E' preciso, por outro lado, que os cavallos estejam com o eixo normal á linha da frente, quando o pelotão parado, para que, ao marcharem, tracem rectas parallelas.

E' deste parallelismo das pistas percorridas pelos cavallos e da cadencia uniforme, que resulta o *alinhamento*, que é assegurado a todo momento pelo *contacto*, estribo contra estribo. O cavalleiro que não olhar em frente, tomando um ponto de direcção no terreno, perde a pista que deve traçar com seu cavallo e perturba todo o pelotão. Aquelle que modificar a andadura ou a cadencia, atrazasse ou adianta-se na marcha, prejudicando o alinhamento.

Na marcha obliqua, observar sempre o perfeito parallelismo da frente da formação. Cada cavalleiro colloca seu cavallo com o eixo n'uma obliqua de 45º em relação á direcção primitiva, o contacto sendo remado para o lado do deslocamento. O joelho deste lado deve ser mantido atraz do joelho do lado opposto do companheiro com o qual deve ser mantido o contacto. Assim, na obliqua á direita cada um colloca seu joelho direito atraz do joelho esquerdo do companheiro da direita. Todos olham n'uma direcção obliqua, para o lado do deslocamento.

Na formação em batalha manter a distancia entre a primeira e segunda fileira (1,50, contados da cauda do cavallo da frente ao chanfro do da retaguarda), pela qual é responsavel o cerra-fila do cavalleiro do centro. Ensinar a este cavalleiro a manter, por sua vez, a mesma distancia em relação ao commandante do pelotão atraz de quem deve sempre estar collocado.

Observar que na passagem para a columna a distancia entre as duas fileiras seja reduzida a 0,75, e que os cavalheiros collocados á retaguarda cubram-se sempre pela frente.

Nas rupturas e conversões de que resulta a columna, é preciso que o sargento, deslocando-se para a frente do 1.º grupo de cavalheiros, não modifique a direcção de marcha deste grupo, que é do pelotão.

Do mesmo modo, nos desenvolvimentos para a frente e nas conversões de que resulta a batalha, assegurar que não haja oscillação na direcção de marcha, que passa então do sargento ao cavalleiro do centro.

Distinguir nas conversões dois casos, que não estão perfeitamente claros no R. E. C.

Na conversão a peão fixo (empregada no pelotão em batalha isolado sómente a pé firme, ou em marcha no ambito do esquadrão para passar da batalha á columna e vice-versa), o contacto é tomado para o lado interior e o alinhamento pelo exterior, sendo a andadura mantida pelo cavalleiro deste flanco; o flanco interior faz alto, girando no mesmo lugar, e os cavalleiros da 2.^a fileira deslocam-se para o flanco exterior de um intervallo [igual] a uma frente de 3 cavalleiros. Todos olham para o lado do alinhamento e graduam a andadura a empregar e o arco de circulo a descrever pelos logares respectivos na formatura.

Na conversão a peão movel, a direcção, andadura e cadencia competem em batalha ao cavalleiro centro, que segue o commandante do pelotão.

Todos tomam, pois, contacto e alinhamento pelo centro; os cavalleiros augmentam ou diminuem a cadencia (ou a andadura, se necessario), conforme se achem do lado exterior ou do interior.

Na passagem da batalha á columna por 2 ou por 4 e vice-versa, ás vozes «quatro (dois) á direita (esquerda)» ou «batalha frente á esquerda (direita)», os grupos de 2 e 4 cavalleiros fazem conversão a peão fixo e regulam o movimento como na conversão de todo o pelotão em batalha. A conversão será então simultanea para todos os grupos, que a executam nos logares em que se acham.

A conversão a peão movel é mais propriamente uma *mudança de direcção de marcha*. Em columna os grupos mudam de frente á proporção que chegam ao lugar em que se achava o grupo-testa ao ser dada a voz de commando.

III e IV — EXERCICIOS DE COMBATE (a cavallo e a pé)

Duração: 2 semanas.

Uniforme e arretamento: completos.

Armamento: completo.

Formação inicial: qualquer.

Objectivo: Assegurar a efficacia do emprego do pelotão no combate, quer isolado, quer no ambito do esquadrão, ensinando os diversos modos de ataque a cavallo e o combate pelo fogo, offensivo e defensivo.

Recommendações:

Todos os exercicios de combate serão feitos contra objectivos assignalados. As bandeiras regulamentares para figurar as diferentes armas (R. M. E. art. 58) devem ser usadas quando não se tratar de exercicio de dupla acção, pelotão contra pelotão. Estes ultimos só terão logar em presença do capitão e nos dias que este designar.

Os exercicios de combate a pé far-se-hão diariamente, no meio do tempo dos exercicios a cavallo. Assim intercallados os exercicios a pé, dá-se descanso aos animaes, aproveitando-se melhor o tempo. Desta sorte os dois programmas (combate a cavallo e combate a pé) desenvolvem-se parallelamente.

Imaginar sempre uma situação tactica, para que os exercicios não percam o caracter de verosimilhança. Nem sempre é possivel enunciar antes a situação; mas terminados os exercicios não se deve deixar de explicar aos homens o que foi feito.

Na marcha de aproximação tomar sempre a formação mais conveniente para cada caso. Distinguir os casos em que a marcha se faz a coberto das lvistas e fogos inimigos daquelles nos quaes isto não é possivel.

Na carga em batalha empregar sempre o augmento progressivo das andaduras; chamar a attenção dos homens para que tomem com a lança (ou espada) a posição regulamentar.

Figurar os casos em que o inimigo accêita o combate e ha o entrevello, ou que elle se retira antes ou depois do choque e ainda aquelle em que o pelotão se vê obrigado a retroceder antes ou após o encontro com o inimigo. Caracterisar assim a «perseguição» e a «retirada» e quando se faz o «reunir».

Para dar feição verdadeira a estes exercicios pôde-se figurar por bandeirolas novas fracções de tropa, amigas ou inimigas, que intervêm na acção.

No combate em forrageadores, figurar os casos do desenvolvimento na direcção de marcha, ou n'uma direcção qualquer. Mostrar tambem a necessidade de se fazer o desenvolvimento para uma das alas. Não estando isto previsto no R. E. C., deve entretanto ser exercitado. O regulamento só prevê o caso do desenvolvimento de um pelotão isolado e por isso o consigna como devendo ser feito sómente pelos dois flancos. Mas é preciso

reparar também o pelotão para o seu emprego no âmbito do esquadrão. E ali, estando dois ou mais pelotões na mesma linha, não poderão todos desenvolverem-se do centro para os dois flancos, a menos que tomem antes intervallos convenientes; e das alas, pelo menos, devem fazer o desenvolvimento para os seus flancos exteriores.

Praticar o desenvolvimento em forrageadores partindo de qualquer formação, pé firme ou em marcha, mas sempre sobre objectivo determinado.

Executar marchas de frente e retrogradadas em forrageadores, mudanças de direcção, tanto a vozes de commando como por signaes.

Assegurar na carga, em batalha ou em forrageadores, a perfeita direcção do movimento.

Na dispersão em esquadras, tão depressa seja enunciado o commando, devem os cabos sahir á frente de suas esquadras, conduzindo-as nas direcções convenientes, conforme os intervallos commandados. Observar também a andadura commandada, de que depende a rapidez em tomar a nova formação.

Todos os homens do pelotão, e principalmente os melhores cavalleiros, devem ser exercitados nas funções de *exploradores de terreno*. Figurar nos ataques terrenos desconhecidos para ter occasião de commandar «Exploradores para a frente!» Direcção (tal)!»

Exercitar também os homens como *patrulhas de combate* e as esquadras em serem lançadas n'uma direcção determinada, para se dispersarem e cobrirem a marcha do pelotão, ou de fracção de tropa maior.

Executar marchas de aproximação para combate a pé a coberto das vistas e dos fogos inimigos. Escolher para estes exercicios terrenos apropriados.

Procurar collocação para os cavallos de mão de accordo com a situação tactica figurada. Fazer depender sempre desta situação a escolha da posição.

Também o modo de apeiar para cada caso, deve estar em relação com a natureza do combate a travar e com o numero de mosquetões a pôr na linha de fogo.

Habituar os cavalleiros que apeiam a armarem rapidamente em batalha em frente ao commandante do pelotão. Os mosquetões serão levados promptamente a posição de descansar.

Formar as esquadras de atiradores e designar os commandantes respectivos. Exigir em tudo a maxima rapidez e o maior silencio.

Occupar rapidamente a posição do tiro. Formação da linha de atiradores. Exercitar os commandos na linha de atiradores e a sua transmissão.

Praticar os movimentos da linha de atiradores antes da abertura do fogo, bem como a execução dos lanços, os generos de fogo e commandos respectivos. Direcção de fogo. Ligação dos atiradores com os cavallos de mão; commando dos cavallos de mão.

Exercitar a marcha para o assalto, figurando o caso da tomada da posição. Figurar também a interrupção do combate e como tomar os cavallos rapidamente.

Observação:

Da 2.^a semana em diante os alumnos do curso de cavallaria devem ser exercitados, revesando-se como commandante de pelotão em todos os generos de exercicios.

Euclides de Figueiredo
Capitão de cavallaria

Subsidio ao R. E. E.

O primeiro tenente Arthur Joaquim Pamphiro, que está escrevendo uma série de artigos, sob o titulo supra, pede-nos declaremos que as notas que publicou sobre nomenclatura e manejo da ferramenta de sapa portátil de Infantaria, são uma transcrição, com ligeiras modificações, de um trabalho que, sobre o mesmo assumpto, publicou o primeiro tenente Ildefonso Escobar na revista «O Tiro n. 7».

Escola Veterinaria do Exercito

A idéa do ensino da Veterinaria no Brasil nasceu no Exercito; aliás isto nada tem de extraordinario porque é o que succede em geral nos outros paizes; e a razão é obvia: de todos os departamentos da administração publica, aquelle que mais urgente necessidade sente de veterinario é o Exercito pelo que tem de precioso o serviço que lhe presta o cavallo de guerra.

Dentre os elementos que a lei n. 2.232 de 6 de Janeiro de 1910 pôz á disposição do Serviço de Saúde para realização de seu mister, está a Escola de Veterinaria.

As instruções pelas quaes se deve reger o ensino da Veterinaria Militar se acham publicadas no Boletim n.º 427 de 20. V. 15.

Ellas, porém, já agora não mais podem servir de norma ao Curso porque são deficientes e não satisfazem em muitos pontos ás exigencias de ensino.

Nós estamos progredindo e a Escola tem necessidade de acompanhar este progresso; sente-se, pois, a necessidade de novo regulamento para ella.

Falle, entretanto, a pratica:

As actuaes Instruções transformaram a Escola da lei em um Curso Pratico; o que se vê ali, porém, é o tino perspicaz do administrador: o quadro estava creado; tornava-se necessario preencher as vagas e lutava-se com a carencia de veterinarios no Paiz para se cumprir o determinado no § unico do artigo 22 da lei que mandava que a admissão ao primeiro posto no quadro de Veterinarios fosse feita mediante concurso entre profissionais diplomados, a exemplo do que se faz com os medicos e pharmaceuticos, de sorte que era preciso dar ao curso uma feição eminentemente pratica para facilitar até certo ponto a consecução dos profissionais que satisfizessem os requisitos da lei.

As Instruções mandam, em seu artigo 2º que a enfermaria veterinaria fique sob a chefia de um medico militar.

Que se dê a Directoria da Escola a medico coisa é que se comprehende porque trata-se de um estabelecimento de ensino em que a acção de chefe é principalmente administrativa e a cujo serviço podem concorrer os elementos competentes dos tres quadros do Corpo de Saúde, isto é, podem collaborar medicos, veterinarios e pharmaceuticos; mas dar-se a chefia de uma enfermaria veterinaria a um medico não me parece curial, tanto é certo, que muitas vezes o director desses estabelecimentos tem de entrar com notaveis parcelas de contingente tecnico applicado para solver, encaminhar ou derimir questões scientificas applicadas; ao contrario, quem deve chefiar ou dirigir hospital ou enfermaria de homens é medico; mas quem chefiar hospital ou enfermaria veterinaria, não pode ser senão veterinario, desde que elle exista competente e capaz; o seu a seu dono; e sobre ser vantajoso evitar-se a invasão de attribuições, é sempre inconveniente desviar serventuarios que farão fatalmente falta em outras funções que lhe são mais proprias.

Pelo artigo 3º das Instruções somos informados de que o curso foi condensado em dois annos; tambem não havia então o que dizer, tendo-se em vista a falta absoluta de profissionais e a urgencia delles.

Agora, porém, que a primeira difficuldade foi vencida, isto é, preenchem-se de accordo com a lei as vagas do quadro, já não ha por que mantenharmos a premencia do curso que apresenta o grave defeito, o grande inconveniente de ser muito reduzido e muito rudimentar.

Precisamos crear um quadro de veterinarios scientistas; é opportuno, pois, tomarmos novo rumo em bem da sciencia, isto é, ampliar os estudos, dar novas ensanchas ao ensino e diffcultar um pouco a producção de veterinarios, evitando assim a plethora desses serventuarios, tomando-se em consideração que o Exercito não tem nenhum interesse de formal-os para os entregar á vida civil.

No estado actual da sciencia é absolutamente impossivel fazer-se no limitado periodo de dois annos lectivos um curso pratico mesmo muito elemental de Veterinaria.

A Veterinaria é a propria medicina; as materias que aqui se ensinam são as mesmas,

mutatis mutandis, que lá devem ser aprendidas; assim, pois, se não se pode conhecer um curso de Medicina feito em dois annos, é impossivel admitir-se um curso de Veterinaria feito em egual praso.

Ainda o artigo 3º priva a Escola da collaboração dos veterinarios quando parece que deveriam ser os preferidos, desde que se lhes reconhece competencia para professar as materias do curso, porque mais do que ninguém estão identificados com o seu estudo applicado e consequentemente em condições de melhor applicação dar ao seu ensino.

E' ainda o artigo 3º que nos diz que o curso fica a cargo do chefe de Enfermaria auxiliado por dois ou quatro medicos, e um pharmaceutico, e constará de 10 materias; e mais adiante o § unico do artigo 4º reza: «O pessoal encarregado das prelecções nenhuma vantagem pecuniaria perceberá por isso e desempenhará esse serviço sem prejuizo das funções que desempenhar nos corpos de tropa ou estabelecimentos militares.»

E' preciso contar com muito boa vontade e com muito amor á arte, o que nem sempre existe, para esperar que 5 serventuarios, alguns dos quaes já gastos e sem illusões, *sponte sua*, se sobrecarreguem com um serviço a mais, pelo qual não usufruem a menor vantagem.

Pois bem: mesmo assim o curso vem se fazendo ha mais de 5 annos com a possivel regularidade, e, Deus sabe com que difficuldades, por meia duzia de companheiros que só têm em mira levantar ao nivel em que deve ficar no concerto scientifico um quadro integrante do Corpo de Saúde.

O ensino, mesmo elemental, de 10 materias de um curso por 5 prelectores que além de tudo não ficam isentos de suas funções, na guarnição reveste-se de grandes difficuldades.

Um mesmo serventuario, attender ao mesmo tempo o corpo em que serve, devendo passar as visitas medicas, dar as instruções que o regulamento interno exige, fazer o serviço clinico domiciliar e ainda fazer tres prelecções de duas materias, o que equivale, ou a dar duas horas de aula em dias alternados, ou ter de ir diariamente á sede da Escola para dar aula de uma materia em um dia e de outra em outro dia, toca ás raias de inverosimil.

Deste modo é quasi impossivel conciliar os interesses de ensino com os do serviço.

Se o pessoal encarregado das prelecções, conforme o artigo 4º, desempenha esse serviço sem prejuizo das funções que exerce nos corpos de tropa ou estabelecimentos militares, não ha razão para que se limite o numero de preleccionistas a cinco, como faz o artigo 3º, porque não ha nenhum mal em que prelectionem na Escola até todos os medicos, pharmaceuticos e veterinarios da guarnição, desde que para elles houvesse materias e fosse sem prejuizo de suas funções.

Parece mais natural que cada materia tenha o seu prelector. Cinco preleccionistas para dez materias com a obrigação de preleccionar tres vezes por semana pelo espaço, pelo menos, de duas horas e ainda sem prejuizo de suas funções na guarnição, é facto absolutamente fóra de alcance de quem quer que seja, mesmo dos de maior capacidade de trabalho, que estejam possuidos da maxima boa vontade.

Sanemos estes inconvenientes e com esse intuito permita-se-me apresentar as seguintes:

Bases para a revisão do Regulamento da Escola de Veterinaria do Exercito

Artigo 1º. — A Escola de Veterinaria do Exercito, creada pela authorisação legislativa n.º 2,232 de 6 de Janeiro de 1910 e installada em virtude das instrucções publicadas no Boletim do Exercito n.º 304 de 1 de Outubro de 1913, é um externato que tem por fim ministrar aos candidatos á entrada para o quadro de Veterinarios do Exercito, os conhecimentos necessarios ao exercicio desta profissão.

Artigo 2º. — O ensino da Veterinaria Militar terá um cunho eminentemente pratico e se restringirá ao necessario para as investigações scientificas e processos que devam ser seguidos no tratamento das entidades morbidas communs aos animaes de tropa, ao cavallo de guerra e das transmissiveis aos outros animaes e ao homem.

Artigo 3º. — A necessidade de que o curso da Escola seja o mais aproveitavel possivel e a circumstancia de se proporcionar noções completas de Anatomia, Physiologia, Bacteriologia, Clinica Veterinaria, etc., etc., sem o que elle não será de todo util, obrigam a dividir o curso em quatro annos, tempo estritamente indispensavel para o preparo de quem se destina a exercer tão complexas funcções.

Artigo 4º. — A Escola Veterinaria do Exercito terá sua sede no Hospital de Veterinaria do Exercito e suas aulas funcionarão no proprio edificio do Hospital que terá compartimentos destinados a este fim.

ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA

Artigo 5º. — A Escola de Veterinaria do Exercito funcionará sob a direcção de um coronel Medico do Exercito que seja ou tenha sido professor da Escola.

Artigo 6º. — O director terá á sua disposição um amanuense, um conservador do material, e para outros serviços tres auxiliares, praças do Exercito.

PESSOAL DOCENTE — CONGREGAÇÃO

Artigo 7º. — Para compôr o corpo docente serão escolhidos:

a) do quadro de veterinarios, aquellos que além da apresentação do diploma de Veterinario Militar, mostrarem tendencias especiaes para o magisterio;

b) e do quadro medico, aquellos que além de conhecimentos de Veterinaria já tiverem dado provas de competencia scientifica.

Artigo 8º. — As nomeações para os cargos de professores serão feitas pelo Ministro da Guerra por proposta do Director da Saúde da Guerra e indicação do Director da Escola.

§ 1º. — A 2ª cadeira do 4º anno poderá ser leccionada por pharmaceutico militar que tenha competencia, conhecimentos geraes de Veterinaria e pratica da materia.

§ 2º. — As provisões de professores serão feitas tanto quanto possivel sem prejuizo do serviço de que estiver encarregado o indicado.

§ 3º. — Para que os professores sejam dispensados de suas funcções anteriores, é preciso que o Director da Escola peça á autoridade competente a passagem do serventuário á disposição da

Escola, apresentando as razões que o impedem de accumular.

§ 4º. — O pessoal docente da Escola de Veterinaria perceberá por cada prelecção, além de seus vencimentos a gratificação de Rs. 20\$000. (1)

§ 5º. — Os professores da Escola terão preferencia nas nomeações para as commissões na guarnição sede da Escola. (2)

MATRICULAS

Artigo 9º. — O ensino da Veterinaria Militar é destinado ás praças de *prel* e aos civis que se candidatem ao quadro de Veterinarios do Exercito.

Artigo 10º. — Para matricula na Escola devem os candidatos satisfazer ás seguintes condições:

- a) ter permissão do Ministro da Guerra;
- b) ser maior de 17 annos e menor de 30;
- c) não soffrer de doença chronica, contagiosa ou infecto-contagiosa;
- d) ser vaccinado ou revaccinado ha menos de um anno;
- e) ter exemplar procedimento.

§ 1º. — Para serem admittidos como alumnos na Escola devem os candidatos apresentar os seguintes documentos:

- a) requerimento de matricula dirigido ao Ministro da Guerra;
- b) certidão de idade;
- c) attestado de saúde;
- d) attestado de vacinação;
- e) attestado de bom comportamento, passado pelos commandantes das unidades e directores de serviços, ou pelas autoridades civis.

§ 2º. — Os candidatos civis á matricula na Escola deverão apresentar tambem a caderneta de reservistas.

Artigo 11º. — Uma vez preenchidas as formalidades referidas no artigo 10º, os candidatos deverão apresentar certificados de approvação em institutos officiaes ou reconhecidos pelo Governo Federal das seguintes materias:

- a) Portuguez.
- b) Francez, inglez, allemão ou italiano.
- c) Arithmetica e algebra.
- d) Geometria e trigonometria.
- e) Geographia e Corographia.
- f) Historia universal e do Brasil.
- g) Physica e chimica geral.
- h) Historia natural.

Artigo 12º. — Os candidatos que satisfizerem as condições estatuidas nos artigos anteriores serão admittidos como alumnos da Escola.

Artigo 13º. — Os officiaes de quaesquer quadros que quizerem, poderão fazer o curso da Escola de Veterinaria para o que communicarão préviamente não só ao commandante de corpo, como tambem ao Director da Escola.

(1) O professor tem sempre suas despesas gravadas com a aquisição de livros e revistas onde possa supprehender os ultimos passos da sciencia. Além disso a Escola luta com grandes difficuldades para conseguir prelectores; de facto, é preciso muita abnegação para aceitar de boa mente maior somma de trabalho, de responsabilidades e de aborrecimentos sem recompensa presente nem esperanças de vantagens futuras. Para se poder contar com uma boa vontade continuada e um enthusiasmo sem arrefecimentos, o recurso mais natural seria offerer aos dedicados, aos esforçados um interesse qualquer que conservasse sempre crescente a sua boa vontade.

(2) Nada mais justo: supponhamos dois capitães-medicos, um professor da Escola e outro não; ambos, porém, candidatos ao mesmo logar aqui no Rio; creio que a preferencia não tolera duvidas e o logar deve ser dado áquelle que se propõe a exercer as duas funcções.

PERIODO LECTIVO — FREQUENCIA

Artigo 14º. — O anno lectivo começará no 1º útil de Fevereiro e terminará no ultimo dia de Novembro.

Artigo 15º. — O ensino será ministrado em 9 mezes, sendo o decimo consagrado aos exames.

Artigo 16º. — O alumno que tiver mais de 10 faltas, perderá o anno.

PLANO DE ENSINO

Artigo 17º. — O ensino de Veterinaria Militar será ministrado em 4 annos e constará das seguintes materias assim distribuidas:

1º anno

Química em suas applicações á Veterinaria.
Historia natural medica.

Anatomia comparada (1ª parte).

2º anno

Anatomia comparada (2ª parte).

Physiologia normal.

Physiologia comparada (1ª parte).

3º anno

Physiologia comparada (2ª parte).

Microbiologia.

Pathologia geral e diagnostico medico.

Clinica externa e de enfermidades do pé do cavallo. — Estudo das operações e applicação dosapparelhos (2ª cadeira).

Clinica interna e de enfermidades contagiosas e parasitarias. — Policia Sanitaria (2ª cadeira).

4º anno

Anatomia e physiologia pathologicas.

Pharmacologia e arte de formular.

Exterior dos solipedes e Zootechnia.

Legislação do Serviço de Veterinaria do Exercito.

Hygiene do cavallo de tropa.

Clinica externa e de enfermidades do pé do cavallo. — Estudo das operações e applicação dosapparelhos (1ª cadeira).

Clinica interna e de doenças contagiosas e parasitarias. — Policia Sanitaria (1ª cadeira).

Artigo 17º. — O ensino será ministrado theorica e practicamente, devendo cada aula funcionar tres vezes por semana e por espaço de uma hora.

Artigo 18º. — Será obrigatorio, gradual e progressivo, não podendo o alumno matricular-se em um anno sem approvação nas materias do anno anterior.

Artigo 19º. — Regularão o ensino das materias do Curso, programmas organisados pelos professores que, um mez antes do começo das aulas, apresentarão ao Director da Escola para serem submettidos á approvação do Estado Maior do Exercito.

Artigo 20º. — Durante a prelecção de qualquer materia o professor poderá arguir o alumno sobre as prelecções feitas, afim de bem avaliar do seu aproveitamento.

MATERIAL DE ENSINO

Artigo 21º. — Para que o ensino seja ministrado em todas as suas partes com o necessario envolvimento, haverá no edificio do Hospital:

1) uma bibliotheca;

2) um musco;

3) gabinetes e laboratorios.

EXAMES

Artigo 22º. — Tres mezes depois do inicio do funcionamento de cada periodo haverá exame de habilitação cujos pontos deverão comprehender o assumpto das prelecções feitas sobre cada materia.

§ 1º. — Estes exames constarão só de provas escriptas.

§ 2º. — Os exames de clinica constarão de exposição do estado de saúde de animal doente, sorteado na occasião.

Artigo 23º. — Terminado o anno lectivo os alumnos serão submettidos a exames-finaes escriptos e oraes.

§ 1º. — Para estes exames serão organisados pontos que deverão abranger o assumpto constante dos programmas de cada materia.

§ 2º. — Para os exames de clinica não haverá ponto; a prova escripta constará da dissertação escripta sobre a doença de um animal tirado a sorte na occasião do exame; e a prova oral constará da exposição da enfermidade de um animal sorteado na occasião.

Artigo 24º. — O tempo concedido para prova escripta é de 3 horas, findo o qual os alumnos deverão entregar as provas como estiverem, assignando o nome por extenso e logo em seguida á ultima linha escripta.

§ unico. — O papel distribuido aos alumnos para a prova escripta deverá ser rubricada pela commissão examinadora.

Artigo 25º. — O tempo para arguição na prova oral será de meia hora para cada alumno.

Artigo 26º. — Terminado o acto de exame de cada dia a commissão examinadora fará a classificação dos alumnos por ordem de merecimento.

Artigo 27º. — Do resultado será lavrado o competente termo em livro para isso destinado, devendo assignal-o toda a commissão.

Artigo 28º. — As turmas para as provas de exame oral de cada materia não deverão exceder de seis examinadas.

Artigo 29º. — Para cada materia será nomeada pelo Director de Saúde de Guerra uma commissão examinadora composta de tres membros, um dos quaes será o professor da cadeira.

§ unico. — Para o cumprimento deste artigo o Director de Escola comunicará previamente ao Director de Saúde de Guerra os dias que tiver fixado para os exames.

Artigo 30º. — Findos os exames de cada periodo, os alumnos serão classificados por ordem de merecimento, tomando-se a media dos grãos dos exames feitos no mesmo periodo.

Artigo 31º. — As notas dos alumnos serão dadas por meio de grãos que serão apuradas de accordo com o que estabelece a *Caderneta para registro dos grãos escolares*.

Artigo 32º. — O resultado dos exames será expresso tomando-se a media de todos os grãos obtidos pelos alumnos.

§ 1º. — Serão approvados: com distincção, os alumnos que conseguirem media 10; plenamente os que alcançarem media de 6 a 9; simplesmente os que obtiverem a media de 3 a 5; serão reprovados os que tiverem media inferior a 3.

§ 2º. — Acima de grão 3, a fracção $\frac{1}{2}$ e as superiores a esta serão computadas como uma unidade na apreciação das medias; as inferiores a $\frac{1}{2}$ serão desprezadas para a apuração de grão na classificação.

§ 3º. — A media 0 em qualquer prova, reprov.

Artigo 32º. — O grão de qualquer prova, será a media dos grãos conferidos pelos membros da comissão examinadora.

Artigo 33º. — Terminado o curso, os alumnos serão classificados por ordem de merecimento, tomando-se a media dos grãos de classificação obtidos nos diferentes períodos.

Artigo 34º. — Ao alumno que fôr approved em todas as materias que constituem o curso de Veterinaria Militar, será conferido o certificado de *Veterinario Militar*.

§ unico. — Este certificado será assignado pelo Director da Escola e visado pelo Director de Saúde de Guerra.

Artigo 35º. — Os dois primeiros classificados por ordem de merecimento, de que trata o artigo 34, serão promovidos ao primeiro posto nas vagas que se dêem no quadro de Veterinarios do Exercito, independentemente de concurso.

Artigo 36º. — Para a execução do ensino haverá no Hospital de Veterinaria o material necessario que será opportunamente fixado.

Major-medico *Alves Cerqueira*.

Instruções para o serviço dos canhões Krupp 305 c/45 T. R.

APPROVADAS POR AVISO Nº 1206 DE 23. XII. 916.)

PONTARIA.

29. A pontaria completa comprehende a pontaria em direcção e a pontaria em altura.

30. A pontaria em direcção pôde ser executada simultaneamente com o carregamento dos canhões e é realisada pela rotação da cupula.

A pontaria directa é feita pelo proprio commandante ou um dos seus auxiliares na luneta de pontaria. A pontaria indirecta (caso excepcional) é feita pelo registro do commando no circulo azimuthal da cupula.

31. A pontaria em altura é executada pelo movimento zenithal de cada canhão e só o poderá ser após o carregamento.

32. Os elementos de tiro são commandados pelo commandante da cupula (ou por um dos seus auxiliares), que do posto de commando faz as observações e correções necessarias, quando estas não lhe chegarem do commando do Forte.

PONTARIA NO SERVIÇO A MOTOR HYDRAULICO

33. A pontaria em direcção é feita pelo proprio commandante (ou por um auxiliar), agindo nos punhos do prato da rotação da cupula que se acha abaixo da luneta, na mesa do posto de commando, com cujo movimento se poderá acompanhar o alvo.

34. A pontaria em altura pode ser realisada no posto de commando por um dos aspirantes ou ao lado do canhão pelo C 2. O commandante transmite a alça ao seu auxiliar, que se deve achar no banco da direita tomando conta dos pratos de pontaria em altura, e este registra-a no tambor de pontaria, agindo para isso nos punhos do prato de pontaria do canhão indicado, que se acha na mesa do commando, ou commandando para o primeiro servente:

Direita (esquerda, cupula) *Depressão* (elevação)!

35. A que o C 2 da *direita* (esquerda, ambos) dá o movimento indicado, agindo nos punhos do prato de pontaria em altura, que se encontra ao lado da falca externa do canhão,

até a voz de *alto* dada pelo aspirante, que no posto de commando registra a alça no tambor de pontaria em altura ou o angulo de tiro quando se atirar com o tubo de exercicios (T. E.).

36. O commando normal, entretanto, para o tiro com o canhão é

Direita (esquerda, cupula)!

12.500 (ou a alça que fôr)!

O C 2 da *direita* (da esquerda ou ambos) registra a alça commandada no arco de pontaria, agindo nos punhos do prato, o que é fiscalizado no posto do commando pelo tambor de pontaria.

37. Quando se atira com o T. E. o commando normal é: *Direita* (esquerda-cupula)! 132 millesimos (ou o angulo que fôr)! procedendo o C 2 da mesma forma acima, afim de registrar esse angulo de tiro no arco de pontaria.

PONTARIA NO SERVIÇO A BRAÇO

38. A pontaria em direcção é feita pelo commando de

Cupula à direita (esquerda)!

a que os C 6, C 7, C 8, C 9, C 10 e C 11 movem as manivelas no sentido indicado até a voz de *alto*, estando o commandante (ou um auxiliar) na luneta ou registrando a direcção no circulo azimuthal.

39. As correções de pontaria em direcção serão commandadas por *pouco à direita* (esquerda)! com o conseqente *alto*! Trabalham, então, nas manivelas apenas os C 6 e C 7.

40. A pontaria em altura é commandada da mesma forma que no serviço a motor hyraulico e trabalhando sempre na manivela de pontaria em altura os C 2, C 3, C 4 e C 5.

DISPAROS

41. Terminada a pontaria, e antes do disparo, o commandante dá a voz

Direita (esquerda ou cupula), *Sentido*!

A essa voz o Cp e os serventes da *direita* (esquerda ou de ambos) afastam-se para dar livre passagem ao recuo do canhão (ou canhões) por effeito do tiro, para ninguem ser contundido. No caso do disparo de uma só peça, a guarnição da outra deve tomar a posição commum de sentido.

Se o commandante desejar que a cupula não se desvie, deve nesta occasião fazer cerrar o freio hyraulico, cuja alavanca de manobra se encontra sob a mesa do commando.

42. Seguir-se-á o disparo, que poderá ser feito electricamente do posto de commando, bastando calcar no botão do commutador, ou ser realisado a mão, mandando o commandante

Fogo!

a que o C 1 da *direita* (esquerda ou ambos) fará o disparo do canhão, puxando fortemente o detonador pelo punho respectivo. Só se recorrerá a este modo de disparo quando não estiver funcionando o electrico.

43. O estojo do cartucho principal será extrahido na occasião de ser effectuado um novo carregamento do canhão ou, no caso do ultimo tiro, abrindo o C 1 especialmente a culatra para retirar-o. Extrahido, será recolhido pelos C 12, C 13 e C 14 que o introduzem na calha de vasão, donde é recolhido pelo C 15 para a galeria anular.

4. E' conveniente que os C 12, C 13, C 14 e C 15 se achem munidos de luvas de couro para de poderem, sem risco algum, supportar a temperatura a que attinge o estajo.
5. Quando se quizer suspender a acção, se dará

Formar guarnição! Marche!

A primeira voz os Cp, C 16 e Cm fazem marchar em forma as suas secções e guarnições para os locais em que se encontram, e a segunda voz o pessoal da camara de bateria desce para as casamatas pelas mesmas escadas por que subiu. A 2ª secção da esquerda sobe pela escada lateral esquerda e segue a 1ª secção da sua guarnição, que vae da camara de bateria pela escada anular e escada de pedra até as casamatas. A 2ª secção da direita espera no ponto intermediario a 1ª secção da direita, desce da camara de bateria pela escada lateral direita, seguindo toda a guarnição para o poço da cupula pela escada que liga a camara intermediaria á plataforma de carga. A guarnição do paiól, ao commando de marchar, segue para o seu lugar no poço da cupula, á esquerda da guarnição da direita, ficando o paiól o M 1.

7. Formadas as guarnições nos lugares já indicados, o commandante manda — *Fôra de marcha!*

Código para o commando por apitos

8. Veja-se nas *Instrucções para o serviço dos apitos* c. c. Krupp 190 C/45 T. R., publicação n. 66 d'A *Defeza Nacional*, o código para o commando por apitos, inteiramente applicavel ás presentes Instrucções.

Capitão Francisco José Pinto.

Nota: Nas instrucções para o serviço dos 190, chamou-se *mandador* o C 1, denominação que por uniformidade deve substituir-se pelo de *atirador*.

Exercícios de regimento e de brigada na artilharia de campanha

(Traducção) (1)

Reconhecimento do terreno de exercicio pelo director; outras providencias delle antes da partida da tropa.

A viagem do director ao terreno de exercicio afim de conhecê-lo *de visu* é imprescindivel. Quando mais não seja os exercicios projectados exclusivamente sobre a carta arriscam ser inexactos pelas damnificações que causariam as antações, cercas, etc.). Independentemente disso póde o terreno apresentar obras de guerra que a carta não consigne e que impossibilitem o exercicio tal como fôra planejado. Importa então alterar o projecto, modificar de accôrdo com o terreno as condições suppostas para a tropa ou para o inimigo.

Demais essa viagem tem para o director

o proveito de familiarisá-lo com o terreno do exercicio, o que lhe permite não ser distraído por essa preocupação no curso da execução, portanto, ahí dedicar-se mais propriamente á tropa; elle julgará melhor a actividade d'esta, terá mais livre o seu julgamento sobre o conjunto.

Além do reconhecimento do terreno o director examina a questão do estacionamento das tropas. O má estacionamento prejudica a boa disposição de animo para os consideraveis esforços exigidos nos exercicios. E' evidente que por occasião d'essa viagem o director tomará contacto com as autoridades civis da zona, especialmente se houverem de ter lugar exercicios de tiro real (2).

O director é acompanhado na viagem pelo seu ajudante, o qual vae alterando em dia os papeis relativos ao reconhecimento (projecto dos exercicios, cartas, esboços dos estacionamentos). Não tem cabimento fazer acompanhar o director pelos officiaes designados para commandarem o inimigo figurado; é o proprio director quem faz o reconhecimento para elles.

De volta á guarnição o plano dos exercicios é definitivamente ultimado. E' preciso evitar modificações ultteriores. A secretaria do director inicia e conclue pouco antes da partida da tropa os trabalhos escriptos relativos aos exercicios, especialmente as copias das situações tacticas e mais providencias referentes aos mesmos. A distribuição tem lugar, tanto quanto compativel com a supposta situação, na vespera do respectivo exercicio ou conforme ordenar o director.

Actividade do director em cada dia de exercicio.

O director accumula com esse papel o cdo. de sua tropa. Elle dá o thema para a tropa e para o inimigo figurado. Aos arbitros compete imprimirem no exercicio o cunho da realidade. Identica influencia exercerá o inimigo figurado que não deve limitar-se a fazer de alvo; elle deve ser sempre constituido de tropas reais e de bandeirolas figurativas (Vd. R. M. E.) e dotado de abundante munição.

A função principal do director é a sua acção de cdo. Ao par da execução tacticamente correcta a tropa deve ser exercitada em:

a) longas marchas de approximação em

(1) Vd. n. 71, pagina 443.

(2) Vd. R. T. A. 279 a 281.

das as andaduras; columnas cerradas em marcha em terreno difficil, variado; b) occupação de posição adequada, rápido rompimento do fogo, curta apprehensão do objectivo e reparação do fogo.

Tambem deve merecer especial attenção actividade das patrulhas e dos esclarecedores de marcha; serão inevitaveis os contratempos de toda sorte, e devem mesmo ser provocados propositalmente para se fazer a prova da destreza e a capacidade de resolução. Sempre deve-se fazer emprego da ferramenta de sapa. Os officiaes e as tropas devem observar em sua attitude, a posição do corpo, a que seria imposta na guerra (3). Convem figurar em alguns dias baixas no pessoal, nos annos e accidentes nas viaturas.

Se a execução de um exercicio não sacia o contento do director elle póde, conforme as circumstancias, ser repetido; ali sempre examinar se isso não perturbará o curso razoavel do conjuncto, e qual deve ter precedencia. Será tambem psicologicamente errado o director prolongar demasiadamente os exercicios. Homens e cavallos têm uma capacidade limitada de esforço dos seus esforços. Convem ainda conceder ás vezes facilidades como as que resultam de não carregar completamente as viaturas, não equipar completamente artilheiros e conductores. As manobras trarão depois bastantes exigencias nesse sentido.

No mais o cdte. póde aproveitar todo o seu desejo para estimular e ensinar a tropa, centrar onde couber. Principalmente aproveitar as occasiões em que seja merecido o elogio para pronunciar-o aos officiaes e aos soldados. O exercicio será especialmente instructivo determinando em certos casos que o inimigo se conduza segundo os regulamentos de um adversario possivel; semelhante comparação é estimulante em extremo; muitas duvidas se esclarecem, tem-se um julgamento sobre a propriedade das disposições regulamentares nacionaes, e colhe vantagem para o progresso da arma.

Participação da infantaria nos grandes exercicios de artilharia.

E' uma questão muito discutida. Com a participação da infantaria num grande exercicio de artilharia este se transforma em manobra, isto é, exercicio combinado

de tropa de diversas armas. Resultará uma especie de ensaio ou exercicio prévio para as manobras habituaes, o treinamento especial da artilharia ficará preterido.

Taes exercicios importarão exclusivamente á preparação dos chefes, a tropa propriamente pouco aproveitará, quando esta é questão essencial. Acresce ainda que serão maiores as despesas com esses exercicios combinados. E a quem caberá a direcção do exercicio? Todos esses aspectos recommendam que não se faça a participação de grandes unidades de infantaria dos corpos que já estivessem dispostos. Restaria examinar se haveria alguma vantagem em juntar alguns batalhões ou simples companhias de infantaria á artilharia nos grandes exercicios d'esta arma.

Admittamos que se ligasse um batalhão de infantaria a cada regimento de artilharia. A divisão poderia obter essa infantaria nos grandes exercicios de artilharia, níveis por terem executado seus exercicios de regimento e de brigada no campo de instrucção. Esses batalhões poderiam após os exercicios com a artilharia partir immediatamente para as manobras de brigada.

Que caracter tomaria o emprego da infantaria n'esses exercicios? Geralmente os batalhões ficariam completamente fraccionados para representarem as unidades de infantaria suppostas no thema, e a direcção do batalhão no respectivo combate de infantaria seria impossivel. Os desenvolvimentos da infantaria resultariam tão mal representados que não só a artilharia não lucraria como tambem a instrucção da propria infantaria ficaria prejudicada. E os esforços a despender pela infantaria seriam consideraveis; basta ver as longas marchas, relativamente pouco penosas para a tropa montada, e os amplos desdobramentos e desenvolvimentos adequados ás grandes unidades de infantaria, representadas pelos batalhões em questão. Ou a artilharia ficaria peida por levar em consideração semelhantes consequencias para a arma-irmã, ou o exercicio tornar-se-ia arrastadiço, o proprio curso do exercicio soffreria, facilmente se deixaria de realisar o objecto do mesmo.

Assim o acertado parece que é a artilharia arranjar-se nos seus grandes exercicios sem o concurso da infantaria, mesmo para seu proprio proveito. Para figurar o combate de infantaria bastam as ban-

deirolas conduzidas por pessoal mesmo da artilharia. E ainda o commando d'essa infantaria figurada dará aos officiaes de artilharia d'elle incumbidos consideravel proveito para sua instrucção tactica.

Tiro real durante os grandes exercicios da artilharia.

Segundo o R. M. E. podem ter lugar exercicios de tiro real de artilharia nos periodos de exercicios finaes do anno. Esta autorisação deve ser amplamente usada, não só no interesse da instrucção da artilharia como tambem porque taes exercicios muito se approximam da guerra. De qualquer modo é um ensejo para os tiros de combate de bateria, de grupo e de unidades maiores (Vd. R. T. A.).

Não se pôde desconhecer o valor d'esses exercicios especiaes de tiro de artilharia, realisados com sufficiente municição.

Elles concretisam a efficacia da artilharia aos olhos dos chefes de todas as armas, com proveito para a orientação da instrucção de cada arma. Quanto á propria artilharia a difficuldade que ha é a da quantidade de municição necessaria para satisfazer a esse fim.

E' entretanto de toda a conveniencia achar uma solução que attenda ás exigencias da artilharia e tambem ás das outras armas.

E' preciso que todas as baterias façam tiro real em terreno qualquer, enquadadas no regimento ou na brigada.

O tiro porém não deve ser levado á efficacia; pôde-se dizer que o exercicio reveste o caracter de exercicio de combate, no qual os momentos principaes são sublinhados por disparos reaes de artilharia. Assim haverá ensejo para exercitar a difficilima direcção de fogo nas grandes unidades, e a regulação do tiro. O mais, pouco importa. A artilharia aproveita muito mais com a repetida mudança de objectivo (como treinamento!), especialmente pelas mudanças de direcção na pontaria indirecta, e pela nova regulação correspondente, do que pela maior efficacia obtida por um tiro prolongado, contra poucos objectivos. Ninguém contesta que seja apenas um expediente este processo de assignalar a tiro só os momentos distinctos do combate. Competirá aos cdtes. desenvolver na critica as bases proporcionadas pelo tiro real esboçado

e assim tirar completo proveito para a luta da artilharia. Incontestavelmente semelhante especie de direcção de exercicio não é facil. O director precisa de numerosos delegados (Vd. R. T. A.) devidamente por elle instruidos para intervirem de iniciativa propria junto aos cdtes. de bateria, etc. Com esse processo bastariam 80 cartuchos, em média, por bateria.

E' um facto que com o tempo vae se tornando sempre mais difficil achar terreno que se preste para tiro real de artilharia, tal é o desenvolvimento da cultura das terras, do povoamento e sobretudo dos aramados. Não obstante com boa vontade, sobretudo com vontade firme, ainda se encontram meios de vencer essa difficuldade, de harmonisar com a devida energia as necessidades da instrucção da tropa sem prejuizo e sem perturbação insupportavel para os interesses e habitos da população.

Escola Militar Com a solemnidade regulamentar realisouse na Escola Militar a cerimonia da nomeação dos aspirantes que terminaram o curso em 1919.

Como parte principal d'essa solemnidade, os novos aspirantes reiteraram o compromisso de dedicar-se ao serviço da Patria e ouviram a leitura do Boletim escolar que lhes dava o sonhado accesso.

Sobe de uma centena o numero dos jovens officiaes recrutados. A maioria pertence á mais desfalcada das armas — a artilharia — arma que, graças a essa previdente deliberação vae agora receber um grande impulso — 150 officiaes — jovens, bem iniciados, com a perspectiva de uma carreira mais facil e, consequentemente, cercados de todas as circumstancias favoraveis ao seu exito na tropa.

Os aspirantes das outras armas vão tambem prestar um concurso que será notavel apezar da pequenez do seu numero. Já a turma passada, com o periodo intensivo de pratica a que foi submettida, impressionou muito bem as unidades que receberam seus representantes; é portanto de prever que todos os novos aspirantes tenham o successo que lhes desejamos e previramos ao constatar a notavel transformação por que tem passado a Escola do Realengo.

Ao Exercito felicitamos pela incorporação dos novos officiaes.